

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2012/2013**



**TII**

O PAPEL DOS CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA (CCPA)  
ENTRE PORTUGAL E ESPANHA NO REFORÇO DA SEGURANÇA  
TRANSFRONTEIRIÇA

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO  
CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO  
CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS  
PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **O PAPEL DOS CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA (CCPA) ENTRE PORTUGAL E ESPANHA NO REFORÇO DA SEGURANÇA TRANSFRONTEIRIÇA**

**TCOR GC.TOMÁS GARCÍA GAZAPO**

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 2012/13

Pedrouços 2013



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **O PAPEL DOS CENTROS DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA (CCPA) ENTRE PORTUGAL E ESPANHA NO REFORÇO DA SEGURANÇA TRANSFRONTEIRIÇA**

**TCOR GC.TOMÁS GARCÍA GAZAPO**

Trabalho de Investigação Individual CEM-C 2012/13

Orientador: **COR GNR RAUL MAIA PIRES**

Pedrouços 2013



### **Agradecimentos.**

Neste Curso de Estado-Maior Conjunto 2012/13, realizado em Lisboa, é a primeira vez que um oficial da Guarda Civil de Espanha tem a honra de participar em representação de dito Corpo, e como todos os começos implica uma maior dificuldade por ter que abrir caminho para os camaradas que possam frequentar o mesmo num futuro, mas todas as dificuldades que existiram foram superadas com a ajuda valiosa dos camaradas do Curso e do Diretor do CEMC, CMG Valentim Rodrigues, que com o seu bom fazer, profissionalismo e camaradagem conseguiu criar um bom ambiente entre todos os alunos do CEMC.

Quero agradecer especialmente ao Coronel da GNR Raul Maia Pires orientador deste trabalho, a sua ajuda inestimável, fazendo muito mais fácil de levar a bom termo este estudo, muito obrigado meu Coronel pelo apoio prestado.





Agradecimentos

## **Índice**

Resumo

Abstract

Palavras-chave

Abreviaturas, siglas e acrónimos

Introdução ..... 1

### **1. Estudo dos CCPA.**

a. Definição..... 4

b. Criação e enquadramento legal..... 4

c. Funcionament ..... 6

d. Coordenação e competências..... 7

e. Organização e dependência ..... 7

f. Comunicações ..... 8

g. Avaliação ..... 8

### **2. Disposições legais que regem os CCPA Luso-Espanhóis.**

a. Regulamentos de organização e funcionamento dos CCPA..... 9

b. Tratado de Prüm ..... 11

c. Iniciativa Sueca ..... 12

d. Acordos e Diretivas europeias ..... 14

### **3. Competências e funções de outros organismos policiais ao nível europeu.**

a. Interpol..... 17

b. Europol ..... 18

c. SIRENE ..... 19

4. Delinquência transfronteiriça entre Portugal e Espanha..... 21

### **5. Análise estatística dos CCPA ano 2012.**

a. Luso-Espanhóis..... 24

b. Hispano-Franceses..... 29

c. Estatística Conjunta ..... 32

### **6. Resumo das entrevistas realizadas**

a. Autoridades espanholas ..... 36

b. Autoridades portuguesas ..... 40

c. Entrevista aos representantes de ambos os países do CCPA de Caya-Elvas..... 41



7. Análise dos resultados.

a. Resposta às perguntas derivadas.....	43
b. Teste de hipóteses .....	44
c. Resposta à pergunta de partida .....	45
Conclusões.....	46
Bibliografia.....	50

**Índice de Anexos.**

Anexo A: Linhas de Orientação Metodológica .....	A-1
Anexo B: Modelo de questionário de avaliação dos CCPA.....	B-1/2/3/4/5/6
Anexo C: Intercâmbio de dados ao abrigo da Decisão Quadro nº 2006/960/JAI, do Conselho/formulário do pedido de dados e informações a utilizar pelo Estado membro requerente .....	C-1/2
Anexo D: Utilização de armas na perseguição transfronteiriça (artigo 19º, n.º2, da Decisão 2008/615/JAI do Conselho).....	D-1/2
Anexo E: Modelo de Folha do Expediente.....	E-1

**Índice de gráficos.**

Gráfico nº 1. Troca de informação requerida (Tuy, Quintanilha, V.For, Caya,C.Marim) .	26
Gráfico nº 2. Comunicações iniciativa própria (Tuy,Quintanilha, V.For, Caya,C.Marim)	27
Gráfico nº 3. Vigilâncias transfront.(Tuy, Quintanilha, V.Formoso, Caya,C.Marim) .....	27
Gráfico nº 4. Perseguições transfront. (Tuy,Quintanilha,V.Formoso, Caya,C.Marim) .....	27
Gráfico nº 5. Readmissões (Tuy, Quintanilha, V. Formoso, Caya, C.Marim).....	28
Gráfico nº 6. Apoio às operações (Tuy, Quintanilha, V. Formoso, Caya, C.Marim).....	28
Gráfico nº 7. Total de expedientes (Tuy, Quintanilha, V. Formoso, Caya, C.Marim).....	28
Gráfico nº 8. Troca de informação requerida.(Le Perthus, Melles, Canfranc,Hendaya).....	30
Gráfico nº 9. Comunicações iniciativa própria (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya) .	31
Gráfico nº 10.Vigilâncias transfronteiriças (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya).....	31
Gráfico nº 11. Readmissões (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya) .....	31
Gráfico nº 12. Apoio às operações (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya).....	32
Gráfico nº 13. Total de expedientes (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya) .....	32
Gráfico nº 14. Total de expedientes por países.....	35



---

**Índice de Tabelas.**

Tabela nº 1. Dados estatísticos CCPA Tuy-Valença do Minho .....	24
Tabela nº 2. Dados estatísticos CCPA Quintanilha-Alcañices.....	25
Tabela nº 3. Dados estatísticos CCPA Vilar Formoso-Fte.oñoro.....	25
Tabela nº 4. Dados estatísticos CCPA Caya-Elvas .....	26
Tabela nº 5. Dados estatísticos CCPA Castro Marim-Ayamonte .....	26
Tabela nº 6. Dados estatísticos CCPA Le Perthus-La Junquera.....	29
Tabela nº 7. Dados estatísticos CCPA Melles-Pont du Roy.....	29
Tabela nº 8. Dados estatísticos CCPA Canfranc -Somport .....	30
Tabela nº 9. Dados estatísticos CCPA Hendaya-Irún.....	30
Tabela nº10. Troca de informação requerida CCPA (H-F e L-E) .....	33
Tabela nº11. Comunicações iniciativa própria CCPA (H-F e L-E) .....	33
Tabela nº12. Vigilâncias Transfronteiriças CCPA (H-F e L-E).....	33
Tabela nº13. Perseguições Transfronteiriças CCPA (H-F e L-E) .....	34
Tabela nº14. Readmissões CCPA (H-F e L-E).....	34
Tabela nº15. Apoio às operações CCPA (H-F e L-E) .....	34
Tabela nº16. Total Expedientes CCPA (H-F e L-E) .....	35



## **Resumo.**

Realizado na frequência do Curso de Estado-maior Conjunto 2012/13, o presente trabalho tem como tema “O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça”. Com o estudo realizado pretende-se analisar os resultados obtidos e retirar conclusões que sirvam para melhorar o funcionamento dos CCPA, com o fim de facilitar o máximo aproveitamento das suas potencialidades e recursos, no seio da luta contra a criminalidade transfronteiriça entre Portugal e a Espanha.

Um dos objetivos da União Europeia (UE) é a livre circulação de pessoas entre os Estados-Membros, e a sua realização gradual criou uma crescente necessidade de cooperação entre as Forças e Serviços de Segurança (FSS)

A supressão dos controlos nas fronteiras internas entre os Estados Schengen, que começou em 1995, criou a necessidade de melhorar o intercâmbio de informações nas áreas fronteiriças, promovendo a criação de esquadras de polícia comuns, às que seguiram os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) como uma medida compensatória pela abolição dos controlos nas fronteiras internas.

O CCPA é uma ferramenta valiosa no processo de cooperação transfronteiriça direta, tendo em conta o desenvolvimento atual e futuro, especialmente em relação à troca de informações, reconhecendo-se que estes Centros podem também ser utilizados para melhorar a cooperação com os países terceiros.

Reunem-se no mesmo lugar, as agências de segurança de todos os Estados participantes. Localizados em lugares de importância estratégica para observar a criminalidade transfronteiriça, os CCPA desempenham um papel fundamental na transmissão de informações para os serviços operacionais. Através de um procedimento simples podem dar respostas rápidas em todos os campos das atividades dos serviços fronteiriços. Portanto, como instrumento de colaboração local, os CCPA são ideais para atender às necessidades diárias da cooperação transfronteiriça.



**Abstract.**

Performed in the frequency of the Joint Staff Course 2012/13, this work has as its theme "The role of the Customs and Police Cooperation Centers (CCPA) between Portugal and Spain on the strengthening cross-border security." With the study is intended to analyze the results and draw conclusions that serve to improve the functioning of the CCPA, in order to facilitate the maximum use of their potential and resources within the fight against cross-border crime between Portugal and Spain.

One of the objectives of the European Union (EU) is the free movement of persons between Member States, and their gradual realization created a growing need for cooperation between the Forces and Security Services (FSS).

The abolition of internal border controls between the Schengen States, which began in 1995, created the need to improve the exchange of information in the border areas, promoting the creation of police stations common, which were followed by the CCPA as a compensatory measure for the abolition of internal border controls.

The CCPA is a valuable tool in the process of direct cross-border cooperation, taking into account the current and future development, especially in relation to the exchange of information, recognizing that these centers can also be used to improve cooperation with third countries.

Meet in the same place, the security agencies of all participating States. Located in places of strategic importance to observe cross-border crime, the CCPA play a key role in the transmission of information to operational services. Through a simple procedure can give quick answers in all fields of activities of border services. Therefore, as an instrument of local collaboration, the CCPA are ideal to meet the daily needs of the cross-border cooperation.



**Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.**

ADEXTRA	Bancos de dados de Estrangeiros
ADN	Ácido Dexosirribonucleico
ANETO	Aplicativo Informático da SES
ARGOS	Banco de Dados do Bilhete de Identidade (CNP)
CAAS	Covenção de Aplicação do Acordo Schengen
CCPA	Centro de Cooperação Policial e Aduaneira
CCPA (H-F e L-E)	CCPA (Hispano-Franceses e Luso-Espanhóis)
CNP	Corpo Nacional de Policia
DAVA	Division Adjunta de Vigilancia Aduanera
DGGC	Dirección General de la Guardia Civil
ELO	Órgão de ligação com EUROPOL
EUCARIS	Sistema Europeu de Informação sobre Veículos e Cartas de Condução
EUROPOL	Polícia Europeia
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GC	Guardia Civil
GNR	Guarda Nacional Republicana
INTERPOL	Polícia Internacional
MAI	Ministério de Administração Interna
MJ	Ministério da Justiça
PJ	Polícia Judiciaria
PSP	Polícia de Segurança Pública
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza
SEPRONA	Servicio de Proteccion de la Naturaleza
SES	Secretaria de Estado de Segurança
SIRENE	Supplementary Information Request at the National Entries
UE	União Europeia
UIP	Unidade de Intervenção Próxima
UNE	Unidades Nacionais da Europol



*O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

---

**Palavras-chave:** Acordo Schengen, Tratado de Évora, Cooperação transfronteiriça, Informações, Segurança transfronteiriça, Delinquência transfronteiriça.



## **Introdução.**

Com a entrada em vigor do Acordo de Schengen (14-06-1985), que levou à abolição progressiva das fronteiras internas da UE e da posterior Convenção de Schengen (19-06-1990) tiveram lugar uma série de questões de segurança das fronteiras, que mostraram a enorme vulnerabilidade ao nível da criminalidade transfronteiriça.

Na ausência de qualquer controlo de pessoas, nem fiscal nem de segurança pública, não era viável resolver os problemas transfronteiriços, policiais e aduaneiros. No início, essas questões foram assumidas pelos Postos Conjuntos (Mistos) localizados entre as fronteiras de Portugal e Espanha, e entre Espanha e França, onde havia vários corpos policiais, estando a Espanha representada somente pela Polícia Nacional, dadas as suas competências em matéria de estrangeiros. Esses Postos tinham muitas restrições operacionais e de comunicação com outras agências e postos de polícia.

De modo a tentar resolver este problema, a 19 de novembro de 2005 foi assinado o Acordo de Évora entre a República Portuguesa e o Reino da Espanha, sobre a cooperação transfronteiriça Hispano-Portuguesa em matérias policiais e aduaneiras, que posteriormente levou à decisão dos Ministérios de Administração Interna (MAI) dos dois países, no ano 2008, para a aprovação dos Regulamentos sobre a Organização e Funcionamento dos CCPA de ambos os países, que deveria entrar em operação como uma ferramenta para neutralizar o potencial aumento de criminalidade transfronteiriça que surge como resultado da abolição das fronteiras internas da UE, após da entrada em vigor do Acordo de Schengen.

O estudo proposto é projetado para estudar a evolução de tais centros de cooperação desde o seu início até o presente, analisando em detalhe todas suas oportunidades de emprego e de apoio para as forças policiais de ambos os países, a fim de obter a máxima eficiência e considerar a possibilidade de desenvolvimento futuro do seu mandato, atento o progresso verificado nos processos técnicos de transmissão de todos os tipos de dados.

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação foi proposta a seguinte Pergunta de Partida (PP):

**Está-se a aproveitar de forma adequada o grande volume de informação operativa recebida nos CCPA?**





A partir da PP e para nos ajudar a atingir os objetivos específicos, elegemos as seguintes

Perguntas Derivadas (PD):

PD1. Podem assumir os CCPA mais alguma competência além das atuais?

PD2. Podem mudar a faceta de ser principalmente órgãos de transmissão de informação para realizar ainda funções de análise da informação recebida?

PD3. Podem transformar-se em centros de controlo de delinquência transfronteiriça de nível regional?

PD4. Estão a desenvolver os CCPA hispano-franceses as mesmas funções que os luso-espanhóis?

Completando a definição final do modelo de análise, elaboram-se as seguintes Hipóteses (H) orientadoras do estudo:

H1. As atuais competências dos CCPA podem ser ampliadas baseado na sua estrutura organizacional e funcional.

H2. Os CCPA pela sua composição, funções, e estrutura são órgãos ideais para análise da delinquência transfronteiriça.

H3. As atividades operacionais dos CCPA são muito reduzidas o que dificulta o controlo operacional da delinquência transfronteiriça destes Centros.

H4. Os CCPA hispano-franceses desenvolvem as mesmas missões que os luso-espanhóis mas com maior volume de trabalho.

O método de estudo aplicado foi o hipotético-dedutivo, partindo da base do modelo de interpretação do fenómeno estudado e, gerando, através de um trabalho lógico, hipóteses, e conceitos que se procuram validar. A organização de uma investigação com recurso às hipóteses é a melhor forma de a realizar com ordem e rigor (Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 119). A análise foi de exploração qualitativa, porque através da análise dos documentos escritos e das entrevistas realizadas deduzimos a verificação das hipóteses.

Com a finalidade de apresentar os conteúdos desenvolvidos de forma sequencial e coerente o corpo do trabalho foi articulado, para além da introdução e das conclusões, em oito capítulos, sendo os três primeiros expositivos dos diferentes normativos legais relacionados com os CCPA e os seguintes foram mais analíticos e práticos ao tratar temas de dados estatísticos, delinquência real transfronteiriça, valoração de resultados e propostas de melhoria :



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

---

- No primeiro capítulo exprime-se o funcionamento, estrutura, composição, competências, comunicações e maneira de avaliar os CCPA.
- No segundo capítulo expõe-se as disposições legais pelo que se regem os CCPA Luso-Espanhóis, aprofundando ainda nas diferentes maneiras de aplicação dos textos legais num e noutro país.
- No terceiro capítulo serão estudadas as competências e funções de outros organismos policiais ao nível europeu de modo a permitirem conhecer-se em profundidade as atividades realizadas pelas ditas agências, o que permitirá obter conclusões sobre a possibilidade dos CCPA ampliarem competências.
- No quarto capítulo analisa-se a delinquência transfronteiriça entre Portugal e Espanha, que irá permitir conhecer a envergadura e atuação da delinquência na zona fronteiriça entre Portugal e Espanha.
- No quinto capítulo será feito um estudo estatístico das atividades realizada nos CCPA, para obter conclusões claras sobre o seu desempenho e cumprimento das competências outorgadas pela legislação vigente.
- No sexto capítulo será feita uma exposição resumida das entrevistas realizadas aos principais responsáveis dos CCPA de Portugal e Espanha, assim como aos representantes dos Corpos policiais que estão a trabalhar neles.
- No sétimo capítulo farei uma valoração global dos resultados obtidos, analisando os resultados e respondendo às questões formuladas.

Por último, serão apresentadas as conclusões do trabalho baseadas na análise dos resultados obtidos e serão expostas algumas propostas de melhoria funcional e de competência dos CCPA, baseadas na análise dos resultados obtidos no anterior capítulo.

Em Anexo A expõem-se as linhas de orientação metodológicas seguidas no caso de estudo realizado. Igualmente como o estudo aborda os CCPA dos dois países foram inseridos em alguns dos anexos, gráficos e tabelas dados escritos em espanhol por ser o idioma de origem do organismo que emitiu o informe.



## **1. Estudo dos CCPA.**

O estudo feito neste capítulo sobre os CCPA foi baseado nos normativos legais que regem a sua criação, estrutura, funções, etc, tais como: A Convenção de Schengen, Tratado de Évora, os Regulamentos que em ambos os países regem a organização e funcionamento, Diretivas da UE e outros dispositivos legais que pretendem dar uma visão geral dos CCPA, a fim de compreender melhor a sua finalidade e âmbito de ação.

### **a. Definição.**

Os CCPA são estruturas de apoio na troca de informações e apoio às operações policiais no desempenho das suas funções, e ao controle de fronteiras e alfândegas em áreas fronteiriças. O CCPA reúne num só local pessoal de vários órgãos governamentais responsáveis pela segurança. O fato de que componentes das FSS dos Estados membros estejam a trabalhar ombro a ombro na busca de objetivos comuns ajuda a colmatar as lacunas entre os diferentes métodos e conceitos administrativos e também serve para conseguir melhor compreensão das diferentes maneiras de trabalhar (UE, 2011, p. 5)

### **b. Criação e enquadramento legal.**

O primeiro Acordo sobre cooperação transfronteiriça foi o Acordo de Schengen, assinado a 14 de junho de 1985 pelos cinco países fundadores da UE (O Reino da Bélgica, a República Federal da Alemanha, a República Francesa, o Grão-Ducado do Luxemburgo e do Reino dos Países Baixos). Desde a sua entrada em vigor em 1990, este Acordo permitiu a supressão dos controlos nas fronteiras internas entre os Estados signatários e criou uma fronteira externa única onde são feitos os controlos de entrada no espaço Schengen sob procedimentos idênticos.

Entre as medidas de interesse policial incorporadas na referida Convenção pode-se destacar a troca de informações entre as autoridades policiais, vigilância e perseguição transfronteiriça em certos casos, no âmbito da Convenção.

Por outro lado, a partir da perspectiva fornecida pela Convenção, a fim de conciliar liberdade e segurança, esta livre circulação foi acompanhada por uma série de medidas denominadas de compensação. Este foi para melhorar a cooperação e coordenação entre as autoridades policiais e judiciais para proteger a segurança interna dos Estados-membros e em particular para combater eficazmente o crime organizado.

Assim, e em aplicação do artigo 39º da citada Convenção criaram-se os CCPA em 19 de novembro de 2005 e foi assinado o Acordo de Évora sobre a cooperação transfronteiriça Hispano-Portuguesa em matérias policiais e aduaneiras. Assim, segundo o Artigo 3º do Acordo de Évora os CCPA terão a seguinte localização: 2— “*Os CCPA são*



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

*instalados na linha da fronteira comum de ambas as Partes ou na sua proximidade e destinam-se a acolher pessoal composto pelos agentes e funcionários das autoridades competentes mencionadas no artigo 2º do presente Acordo”. 3— “Os postos mistos de fronteira existentes serão convertidos em CCPA”*

A composição dos mesmos é refletida no artigo 2º do citado Acordo, que diz:

*“Para efeitos do presente Acordo as autoridades competentes são as seguintes:*

*a) Pela Parte portuguesa:*

- i) A Guarda Nacional Republicana;*
- ii) A Polícia de Segurança Pública;*
- iii) O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;*
- iv) A Polícia Judiciária;*
- v) A Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;*
- vi) Qualquer outra autoridade competente que venha a ser designada pelo MAI.*

*b) Pela Parte espanhola:*

- i) O Cuerpo Nacional de Policía;*
- ii) A Guardia Civil;*
- iii) Qualquer outra autoridade competente que venha a ser indicada pelo MAI.*

*2—No caso de uma das Partes designar outra autoridade competente, nos termos referidos no número anterior, deverá notificar a outra Parte dessa designação com a antecedência mínima de 60 dias.”*

Relativamente à localização, o artigo 4º do Acordo diz que os CCPA situam-se:

*“a) No território da República Portuguesa, em **Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro e em Castro Marim/Ayamonte;***

*b) No território do Reino de Espanha, em **Tuy/Valença do Minho e em Caya/Elvas.***

*Por acordo mútuo entre as Partes poderão vir a ser criados novos CCPA, em função das necessidades que neste domínio vierem a ser constatadas no âmbito da análise de risco da criminalidade transfronteiriça.”*

Ao início do ano 2009 entraram em funcionamento os CCPA entre Espanha e Portugal, de comum acordo entre os dois Governos, tal como aconteceu entre a Espanha e a França, como uma medida eficaz para combater a criminalidade transfronteiriça entre os dois países, baseada numa pesquisa e transmissão ágil e moderna de dados para permitir a troca de dados operacionais e administrativos entre as forças policiais que compõem os centros de cooperação.



### **c. Funcionamento.**

Em geral, um CCPA atua como "facilitador" da troca de informações entre os Estados: a sua equipa é o ponto de contato entre as FSS nacionais e os representantes dos Estados partes dos CCPA. Para maior eficiência, a equipa deve ser encorajada a consultar os vários arquivos das diferentes agências. A troca de informações deve respeitar as normas em vigor sobre proteção de dados e divulgação em conformidade com a legislação nacional (UE, 2011, p. 7).

Embora o nome CCPA refira a cooperação aduaneira e cada um dos Centros se encontre fisicamente localizado na fronteira, a realidade é que, apesar de que no início esse ter sido o seu principal objeto, a constante diversificação das atividades criminosas e a evolução dos meios e técnicas nelas empregues, motivaram o alargamento significativo das atribuições que lhes foram conferidas, e até as relações com outras organizações policiais internacionais (Interpol, FBI, etc.), foram sendo incrementadas no sentido de tornar mais rápida e fluida a troca de dados operacionais, em resposta a incidentes transfronteiriços.

Assim, o papel do pessoal do CCPA consiste em proporcionar rapidamente as informações solicitadas para apoio das operações policiais, em aplicação da lei e de acordo com a Decisão-Quadro 2006/960/JAI, de 18 de Dezembro de 2006 sobre a simplificação do intercâmbio de informação e inteligência entre os serviços de segurança dos Estados membros da UE<sup>1</sup> e o artigo 46<sup>2</sup> da Convenção de Schengen. Essas informações podem incluir a identificação de pessoas e veículos sujeitos a controlos ou assinantes de telefone, verificação da adequação e autenticidade dos documentos de identidade e viagem, etc. A equipa CCPA também deve facilitar o bom funcionamento da vigilância transfronteiriça e das medidas de perseguição ao relatar imediatamente às autoridades competentes o início da mesma e cumprir também um papel de assessoramento nas medidas de readmissão. Os acordos entre os países parceiros podem introduzir outras funções dos CCPA (UE, 2011, p. 8).

### **d. Coordenação e competências.**

<sup>1</sup> JO L 386 de 29.12.2006, p. 89.

<sup>2</sup> 1. Em casos especiais, cada Parte Contratante pode, em cumprimento da sua legislação nacional e sem que tal lhe seja solicitado, comunicar à Parte Contratante interessada informações que se possam revelar importantes para esta, com vista à assistência em matéria de repressão de crimes futuros, à prevenção de crimes ou à prevenção de ameaças para a ordem e segurança públicas.

2. As informações serão trocadas, sem prejuízo da cooperação nas regiões fronteiriças prevista no n.º 4 do artigo 39.º, por intermédio de um órgão central a designar. Em casos especialmente urgentes, a troca de informações, na aceção do presente artigo, pode efectuar-se directamente entre as autoridades de polícia em causa, salvo disposição nacional em contrário. O órgão central será informado do facto o mais rapidamente possível.



Cada um dos Estados participantes num CCPA nomeará um coordenador para representá-lo. Este coordenador receberá um mandato assinado por todos os órgãos públicos do seu país representados no Centro. O coordenador será a pessoa de referência para as organizações que cedam pessoal da mesma nacionalidade. Ao coordenador competirá organizar o trabalho da equipa dependente dele, tendo em conta as regras de cada um dos órgãos envolvidos (UE, 2011, p. 9).

O coordenador do CCPA também será responsável pela utilização das instalações, deverá ser capaz de exercer autoridade sobre todo o pessoal do Centro da sua própria nacionalidade e, em conjunto com o seu homólogo do outro país, representa o Centro. As designações iniciais dos coordenadores espanhóis podem ser feitas por períodos de dois a três anos, de modo a evitar a renovação simultânea de um número significativo de coordenadores. Deve ser nomeado também um coordenador adjunto, sendo este de entidade diversa da do coordenador (GC-CNP) (SES, 2008, pp. 5,6).

O coordenador dos CCPA portugueses têm as mesmas missões gerais que os espanhóis, segundo o seu Regulamento (art.3º).

#### **e. Organização e dependência.**

Por razões de coesão do grupo e de eficácia do Centro, crê-se conveniente que o seu pessoal seja afetado específica e exclusivamente ao mesmo. Os funcionários irão trabalhar em equipas multinacionais e interdepartamentais e deverão cooperar uns com os outros. O pessoal do CCPA deve ter experiência em operações, uma boa compreensão da organização do organismo público de procedência e um conhecimento adequado e suficiente da língua dos seus colegas (UE, 2011, p. 10).

O mesmo documento referenciado continua a dizer que ambos os países deverão concordar com a programação de acordo com as necessidades dos usuários do serviço do CCPA; a fim de conseguir um bom funcionamento, os dois países devem adotar o mesmo horário. O objetivo deve ser que o Centro esteja aberto de forma contínua e ininterrupta durante todo o ano. No caso em que as partes não possam abrir 24 horas por dia, devem ter um ponto de contacto permanente.

A coordenação funcional dos CCPA é realizada pelo SEF para os integrantes portugueses e para os espanhóis a SES, no entanto cada um dos respetivos Corpos depende hierarquicamente dos coordenadores e dos seus Comandantes orgânicos.

#### **f. Comunicações.**

O CCPA deve ter sistemas seguros de comunicação, semelhantes aos utilizados pelas Forças Nacionais operacionais (telefone, fax, e-mail, etc.) de maneira que cada parte



num CCPA deve ser capaz de se comunicar com serviços e agências do seu país mediante uma ligação nacional.

Cada organismo deve ter acesso direto permanente às suas próprias bases de dados nacionais e comunicação com todos os serviços integrados no CCPA, assim como conexões com os respetivos serviços centrais e medidas de segurança adequadas para os registos informáticos (SES, 2008, p. 8).

**g. Avaliação.**

Para funcionar de forma eficaz, é preciso avaliar o CCPA sobre o seu papel e a sua organização funcional. A informação obtida referente às avaliações foi proporcionada pelo Coordenador Nacional Adjunto dos CCPA espanhóis, na entrevista que lhe foi realizada e que se junta no capítulo 6 do trabalho, além doutras informações que foram recolhidas na mesma. A seguir expõe-se um pequeno resumo da informação obtida relativa às avaliações:

No caso da Espanha a SES realiza avaliações periódicas aos corpos policiais espanhóis (modelo em Anexo B) para melhorar a eficiência do funcionamento do Centro e para a realização das expectativas comuns. A frequência da avaliação depende da medida considerada necessária para melhorar ainda mais a cooperação transfronteiriça.

A equipa de avaliação é composta por representantes de cada corpo presente no CCPA, e dirigida pelo Coordenador nacional dos CCPA.

Pela parte portuguesa, não se tem conhecimento de terem sido feitas inspeções de nível nacional, embora tenham sido realizadas pelos respetivos chefes das Unidades integrantes dos CCPA.

Além dessas inspeções existem outras avaliações contempladas nas Diretrizes sobre melhores práticas dos CCPA, efetuadas pela UE, das quais também formam parte os Coordenadores nacionais dos dois países, se estiveram nomeados.

As mesmas têm de ser anunciadas com tempo suficiente, já que os coordenadores, devem preparar as respostas ao questionário e dar ideias sobre como melhorar o funcionamento do Centro com base nos relatórios de anos anteriores. O relatório é assinado conjuntamente, e incluirá as suas observações e informações recolhidas. Para os efeitos do relatório final, a comissão realizará uma reunião para a elaboração de conclusões comuns sobre a base desse registo. O relatório de avaliação termina com recomendações para melhorar o funcionamento do Centro, relatório de avaliação e recomendações são então submetidos à aprovação das autoridades nacionais competentes dos dois países.





## **2. Disposições legais pelas quais se regem os CCPA Luso-Espanhóis.**

### **a. Regulamentos de organização e funcionamento em ambos os países.**

O Título II do Acordo de Évora é dedicado a estabelecer as bases para a regulação dos CCPA perto da fronteira entre Portugal e Espanha, que visa promover o desenvolvimento adequado de cooperação transfronteiriça em matéria policial e aduaneira e para prevenir e reprimir os crimes enumerados na alínea a) do parágrafo 4º do artigo 41º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS).

Esses Regulamentos de organização e funcionamento dos CCPA de Portugal e Espanha têm a intenção de estabelecer as missões específicas do pessoal de ambos os países, as áreas de coordenação operacional entre ambas as partes, o apoio prestado por estes Centros às operações de vigilância e de perseguição, bem como a participação nos processos de readmissão de cidadãos não residentes na UE. Para realizar estas missões são contempladas medidas para a organização interna e funcionamento destes Centros.

A partir da análise dos dois textos pode-se observar que o Regulamento espanhol é muito mais desenvolvido e explícito do que o português que evita pronunciar-se em certos aspetos importantes que podem ser vitais para desempenhar um papel de coordenação e troca fluida de informações da maneira mais eficaz possível, no entanto concordam no tocante aos temas da recolha da informação e troca pontual da informação (art.5, ponto 2 e 3 do Regulamento português e Apart.3 do Regulamento espanhol), onde textualmente pode-se ler: “2. *A recolha de informação incide, nomeadamente, sobre:*

*a) Criminalidade transfronteiriça;*

*b) Tráfico de mercadorias, animais ou substâncias ilícitas efectuado por via das fronteiras;*

*c) Fatos relevantes para a investigação de ilícitos fora das zonas de fronteira, devendo os mesmos ser reportados às autoridades competentes;*

*d) Imigração ilegal e ilícitos relacionados com redes de auxílio à imigração, angariação de mão-de obra ilegal, tráfico de pessoas ou outros conexos;*

*e) Factos suscetíveis de interferir com a segurança nacional e a ordem pública.*

3. *A troca da informação pode traduzir-se, nomeadamente, na:*

*a) Identificação de proprietários, condutores e passageiros de veículos;*

*b) Identificação dos veículos e dos documentos que atestem a sua propriedade, bem como a conformidade da emissão, atualização de dados e validade de cartas de condução;*

*c) Aferição dos termos de entrada e permanência regulares de cidadãos estrangeiros;*

*d) Verificação da titularidade e autenticidade de documentos de identidade e de viagem, de vistos e de títulos de residência;*





*e) Transmissão de dados constantes dos ficheiros internos de cada entidade, desde que relevantes ao desempenho das funções de outra ou outras;*

*f) Verificação da situação de mercadorias sobre as quais haja restrições de circulação.”*

Tendo em conta que este estatuto é a base da ação por parte das FSS dos CCPA, é considerado que deve ser o mais amplo e explícito possível para facilitar a coordenação e transmissão de fluxo de informação operacional entre os dois países de uma maneira eficaz e segura, com base na rapidez de entrega.

Nenhum dos Regulamentos contempla a figura do Coordenador Nacional, embora a parte espanhola tenha nomeado um Coordenador Nacional pertencente à SES, pela parte portuguesa é o SEF quem atua como Coordenador Nacional.

Se compararmos os dois textos legais, podemos ver a grande diferença em termos de conceitos inseridos nas regras espanholas, das quais só há uma pequena referência no Regulamento português, podendo haver uma lacuna no que se refere às funções e poderes, de modo que pode acontecer que não sejam tratados da mesma forma os requerimentos espanhóis e portugueses por não se contemplar certas disposições por ambos os países.

Como diferenças mais importantes que figuram no Regulamento espanhol e não no português podem salientar-se as seguintes:

Especifica que os agentes espanhóis participarão na implementação das disposições relativas ao exercício da vigilância ou perseguição transfronteiriça, e devem garantir que a troca de informação, prevista nos artigos 39º e 46º da CAAS, seja transmitida para a autoridade central competente e a SIRENE/Espanha.

Em relação à vigilância e perseguição transfronteiriça e nos casos de operações de perseguição realizadas nos termos do artigo 41º do CAAS, o coordenador espanhol deverá comunicar prontamente o cruzamento da fronteira por agentes estrangeiros para as autoridades centrais competentes e gabinete SIRENE.

Nos casos de operações de perseguição por autoridades espanholas, o coordenador espanhol também comunicará sem demora ao seu homólogo português.

As disposições acima mencionadas são apenas comentadas pelo Regulamento português, sem desenvolvimento de tarefas específicas a serem executadas pelos agentes portugueses.

Relativamente à organização do tratamento das informações, o Regulamento espanhol esclarece em detalhes quais são as tarefas específicas dos membros espanhóis do CCPA, também diz que reporta diretamente e em curto prazo, aos membros da parte espanhola do CCPA os eventos relevantes para a cooperação transfronteiriça; tal



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

informação terá a sua origem tanto nos seus colegas como nos da outra parte, após ser traduzido, bem como dos serviços territoriais fronteiriços.

A este respeito, a sala de operações do CCPA será o recetor dos relatórios e mensagens transmitidas pelos serviços espanhóis afetados e nomeados para a cooperação policial e aduaneira na área da fronteira. Os respetivos Centros de Comando territorial dos órgãos competentes serão informados nas mesmas condições.

Os agentes espanhóis de cada serviço representado no CCPA advertem, caso necessário e de acordo com as instruções dadas pelo coordenador, o seu homólogo presente *in situ*, sobre a informação recebida cuja natureza tenha a necessidade dum tratamento especial.

Há uma diferença clara entre os dois países em relação às modalidades de ação operacional, já que, enquanto para as FSS portuguesas o seu Regulamento contempla a possibilidade de ações de prevenção e repressão, nas zonas fronteiriças, dos crimes previstos, já citados anteriormente na alínea *a*) do n.º 4 do artigo 41.º da CAAS, e dos que se encontrem relacionados com a imigração ilegal, o tráfico de pessoas, de estupefacientes ou de armas, que se materializa com a implementação de controlos periódicos em Portugal por parte de membros portugueses do CCPA, os membros do CCPA da equipa espanhola só participam no reforço da cooperação entre as autoridades e os serviços policiais e aduaneiros, incluindo o eventual restabelecimento de controlos fronteiriços, nos termos do artigo 2.2 da CAAS.

### **b. Tratado de Prüm.**

O Tratado de Prüm foi assinado em 27 de Maio de 2005 em Prüm (Alemanha) por sete Estados membros (Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e Espanha) e entrou em vigor na Áustria e em Espanha em 1 de Novembro de 2006 e na Alemanha em 23 de Novembro de 2006.

O Tratado define um quadro legal que visa o desenvolvimento da cooperação entre os Estados membros no domínio da luta contra o terrorismo, a criminalidade transfronteiriça e a imigração ilegal. Mais especificamente, regula o intercâmbio de informações sobre ADN, impressões digitais, registo de veículos e dados pessoais e não pessoais no âmbito da cooperação policial transfronteiriça entre as partes contratantes.

A necessidade de uma abordagem inovadora do intercâmbio de informações transfronteiras, tendo em vista a aplicação da lei, foi reconhecida no Programa de Haia para o reforço da liberdade, da segurança e da justiça, adoptado no Conselho Europeu de 4 e 5 de novembro de 2004, que consagrou o princípio da disponibilidade. A UE, com base nesta orientação, veio a considerar que o Acordo de Prüm cumpre os objectivos fixados naquele programa de Haia e, por esse motivo, o Conselho da União Europeia



decidiu integrar, no ordenamento jurídico da UE, determinadas disposições do Acordo de Prüm. O que aconteceu com a adoção da Decisão 2008/615/JAI de 23 de junho de 2008, relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e da criminalidade transfronteiras (DGAI, n.d.)

No artigo 2 do Tratado reafirma-se um compromisso dos signatários, para criar e manter ficheiros nacionais de análise de ADN para fins de julgamento de crimes. Estes arquivos devem ter referências relativas ao seu conteúdo, de modo que nos índices não figurem informações de identificação das pessoas em causa. Eles devem também reconhecer aqueles que correspondem aos registos abertos de impressões digitais, nomeando aqueles que não podem ser atribuídos a qualquer pessoa.

O artigo 9 fala dos dados de impressão digital, e que os Estados-membros do Tratado, devem ter os dados contidos nos sistemas automatizados nacionais de identificação de impressões digitais, criados para fins de prevenção e repressão de crimes. Nestes índices não podem existir dados identificativos da pessoa a quem pertencem e, como no caso anterior, os registos abertos de impressões digitais devem ser capazes de ser reconhecidos como tal no ficheiro de índices.

A seção sobre registos de matrícula dos veículos contemplada no artigo 12, é adicionada para os fins de prevenção e repressão de crimes, a repressão de infrações, sempre que sejam competência dos tribunais ou dos fiscais no território do Estado que faz a consulta. Para estes fins, os signatários do Tratado, terão acesso aos dados do veículo, bem como aos seus proprietários ou usuários.

Portugal ainda não forma parte dos países integrantes do Tratado de Prüm, mas já está em curso o processo interno de vinculação. Este fato limita muito a capacidade de cooperação de Portugal com os Estados membros no domínio da luta contra o terrorismo, a criminalidade transfronteiras e a imigração ilegal e mais especificamente, no intercâmbio de informações sobre ADN, impressões digitais, registro de veículos e dados pessoais e não pessoais no âmbito da cooperação policial transfronteiriça entre as partes contratantes.

Portugal solicitou a adesão e obteve o estatuto de observador em 2006. Desde essa data, Portugal começou a participar nas reuniões de trabalho previstas pelo Tratado, nomeadamente nas reuniões do Comité de Ministros, do Grupo de Trabalho Conjunto, que apoia o Comité de Ministros, e dos Grupos de Trabalho Técnico (ADN, Dados Datiloscópicos, Registos Automóveis, Grandes Eventos e Informações sobre Terrorismo e Cooperação Policial. (DGAI, n.d.)

No entanto, durante a estada do CEMC em Bruxelas, teve a oportunidade de falar com o Adido do Mai em Bélgica o Coronel da GNR Libertario Poeiras Frois, o qual manifestou ao ser perguntado pelo tema da inserção de Portugal no Tratado de Prüm, que é



um problema fundamentalmente económico e que foi criada uma plataforma de estudo do caso para que Portugal tivesse acesso às Bases de dados de ADN, impressões digitais e registro de veículos e que se espera que no prazo de uns meses, Portugal esteja inserida no Tratado de Prüm.

**c. Decisão-Quadro 2006/960/JAI do Conselho de 18 de Dezembro de 2006. (Iniciativa Sueca).** (Modelo de intercâmbio de dados em Anexos C)

No preâmbulo da citada Decisão-Quadro podem ler-se as seguintes considerações que são de fulcral importância para a fundamentação da dita Decisão-Quadro:

“ . . .

(3) *O intercâmbio de dados e informações sobre a criminalidade e as atividades criminosas constitui a base da cooperação para a aplicação da lei na União, tendo em vista, como objetivo geral, o reforço da segurança dos cidadãos da União.*

(4) *O acesso em tempo útil aos dados e informações exatos e atualizados é fundamental para que as autoridades de aplicação da lei possam detetar, prevenir e investigar com êxito as infrações ou atividades criminosas, em especial num espaço onde foram abolidos os controlos nas fronteiras internas.*

(5). . .

(6) *Atualmente, o intercâmbio célere e eficaz de dados e informações entre as autoridades de aplicação da lei é fortemente entravado por formalidades, estruturas administrativas e obstáculos jurídicos consignados na legislação dos Estados membros; esta situação é inaceitável para os cidadãos da UE, impondo-se, por conseguinte, o reforço da segurança e uma aplicação mais eficaz da lei, sem descuidar a defesa dos direitos humanos.*

(7). . .

(8) *A ausência de um enquadramento jurídico comum para o intercâmbio célere e eficaz de dados e informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados membros é uma lacuna que terá de ser colmatada; por conseguinte, o Conselho da UE entende ser necessário aprovar um instrumento juridicamente vinculativo sobre a simplificação do intercâmbio de dados e informações.*

(9). . .

(10) *É importante promover um intercâmbio de informações de alcance tão amplo quanto possível, em especial no que diz respeito a infrações diretas ou indiretamente ligadas à criminalidade organizada e ao terrorismo, e de forma a não reduzir o nível necessário de cooperação entre os Estados membros ao abrigo dos dispositivos existentes.”*

Neste contexto, a Assembleia da República de Portugal aprovou a Lei n.º 74/2009 de 12 de Agosto, aplicável ao intercâmbio de dados e informações de natureza criminal entre as autoridades dos Estados membros da UE, transpondo para a ordem jurídica interna



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

a Decisão Quadro n.º 2006/960/JAI, do Conselho, de 18 de Dezembro onde no seu artigo 1º (Objeto e âmbito de aplicação) diz: “1 — *A presente lei aplica-se ao pedido e à transmissão de dados e de informações pelas autoridades nacionais de aplicação da lei às autoridades competentes de aplicação da lei de outros Estados membros da União Europeia, para efeitos da realização de investigações criminais ou operações de informações criminais*”.

A parte espanhola incorpora esta Decisão Quadro ao Ordenamento Jurídico espanhol pela Lei 31/2010, de 27 de julho, aprovada pelas Cortes Gerais, cujo Preâmbulo diz: “*O intercâmbio de dados e informações sobre os crimes e as atividades criminosas é a base da cooperação policial e aduaneira na União Europeia para alcançar o objetivo geral de aumentar a segurança de seus cidadãos, sendo necessário que os serviços de segurança espanhóis possam trocar informações e inteligência de outros Estados membros em diferentes fases de pesquisa, desde a fase de coleta de informações em matéria penal até a fase de investigação criminal*”

### **d. Diretivas e Guias europeias.**

-Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à readmissão de pessoas em situação irregular.

Na CAAS, os CCPA desempenham um papel importante no referido Acordo, porque eles são os órgãos encarregados de materializar as regras do mesmo ao estarem localizados na fronteira de entrada do país.

-Acordo entre Portugal e Espanha em matéria de perseguição transfronteiriça ( Decreto n.º 48/99, de 9 de Novembro)

O artigo 1º do Acordo diz : “*As disposições contidas no presente Acordo aplicam-se à perseguição transfronteiriça exercida através das fronteiras terrestres comuns às Partes, em observância das disposições pertinentes da CAAS, doravante designada Convenção e, especialmente, do disposto no respectivo artigo 41.º*”

Relativamente aos crimes que podem ser perseguidos o artigo 2º diz: “*São autorizadas operações de perseguição transfronteiriça sempre que, tendo-se verificado no território de uma das Partes alguma das situações previstas na alínea a) do n.º 4 do artigo 41.º da Convenção, as pessoas presumivelmente nelas envolvidas se deslocam para o território da outra Parte, atravessando as fronteiras terrestres comuns, desde que a perseguição se efectue em conformidade com o disposto nos n.os 1 e 5 do artigo 41.º da mesma Convenção*”.

No tocante ao tempo e espaço da perseguição o Acordo salienta no artigo 3º: “*que a perseguição transfronteiriça no território da outra Parte pode realizar-se até 50 km da fronteira comum ou durante um período de tempo não superior a duas horas a partir da*



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

*passagem da fronteira comum. Os agentes perseguidores não têm direito de interpelação segundo a modalidade prevista no n.º 2 do artigo 41.º da CAAS”.*

O artigo 4º do Acordo relativamente às FSS competentes para realizar a perseguição dispõe que:” *Para efetuar as operações de perseguição transfronteiriça e, em colaboração com os agentes policiais, perseguidores da outra Parte, para determinar a identidade das pessoas perseguidas ou proceder à sua detenção, os membros da PJ, da GNR, da PSP e do SEF,.....e os funcionários da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo; e pela parte espanhola os funcionários do CNP e os membros do Corpo da GC e os funcionários da Direcção Geral das Alfândegas do Ministério da. . .*”

O Anexo D contempla a utilização de armas na perseguição transfronteiriça e ainda aspetos práticos do uso de armas, munições e equipamento autorizados.

*-Diretiva 2011/82/UE do parlamento Europeu e do Conselho de 25 de Outubro de 25 de Outubro de 2011 que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária.*

No seu preâmbulo podem ler-se as seguintes considerações que se consideram fundamentais para enquadramento da citada Diretiva:

“ (1) *A melhoria da segurança rodoviária é um objectivo fulcral da política de transportes da União. A União desenvolve uma política de promoção da segurança rodoviária a fim de reduzir o número de mortos e feridos e os danos materiais.*

...

(6) *“A fim de melhorar a segurança rodoviária em toda a União..., deverá ser criado um sistema de intercâmbio transfronteiriço de informações para determinadas infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária, independentemente da sua natureza administrativa ou penal nos termos da legislação do Estado membro em causa, que dê ao Estado membro em que a infração foi cometida acesso aos dados relativos ao registo de veículos do Estado membro de registo.*

(7) ...

(8) *As infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária abrangidas pela presente directiva não são objecto de tratamento homogéneo nos Estados membros. Alguns Estados membros qualificam, no seu direito nacional, essas infrações como "administrativas", enquanto outros as qualificam como "penais". A presente directiva deverá aplicar-se independentemente da forma como essas infracções são qualificadas no direito nacional.*

(9) ...





(10) “As aplicações informáticas existentes deverão constituir a base para a troca de dados.....Tais aplicações deverão proporcionar um intercâmbio rápido, seguro e confidencial de dados específicos relativos ao registo de veículos entre os Estados membros. Importa tirar partido da aplicação informática do Sistema Europeu de Informação sobre Veículos e Cartas de Condução (EUCARIS), que é obrigatória para os Estados membros no âmbito das Decisões Prüm no que se refere aos dados relativos ao registo de veículos. ”.

Portugal também não suscreveu a Diretiva 2011/82/UE do parlamento Europeu e do Conselho de 25 de Outubro de 2011 que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária como consequência de não estar inserida no Tratado de Prüm e consequentemente não forma parte da base de dados de EUCARIS, onde estão recolhidos toda a informação sobre veículos e seus proprietários a nível europeu, tendo de prazo até final novembro de 2013 para se inserir na citada base.

A consequência prática do relatado é que os condutores das viaturas portuguesas que cometam uma infração rodoviária em qualquer país da UE, não serão notificados em Portugal das infrações cometidas, exceto no caso de ser notificada da mesma pessoalmente pelos agentes da polícia de trânsito do país em questão, em cujo caso deverão pagar a multa nesse momento ou a viatura será imobilizada. A mesma situação terá lugar com os condutores das viaturas dos países da UE que cometam alguma infração em Portugal.

-Diretrizes da UE sobre as melhores práticas de Centros de Cooperação Policial e Aduaneira dadas em Bruxelas, a 15 de abril de 2011.

Esses projetos de diretrizes da UE sobre melhores práticas dos CCPA são uma continuação do trabalho realizado em 2006 pelo Grupo de "Cooperação Aduaneira"; as diretrizes que nele são expostas pretendem fomentar a boa relação de trabalho entre os diferentes CCPA de uma forma fluida e eficaz ,buscando uma maior eficiência por parte dos seus membros na luta contra a criminalidade transfronteiriça.



### **3. Competências e funções de outros organismos policiais ao nível europeu.**

Em junho de 2004, a Comissão das Comunidades Europeias apresentou uma comunicação ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a melhoria do acesso à informação por parte das autoridades responsáveis pelo cumprimento da lei. A Comissão analisa a situação no que respeita à troca de informações e tenta estabelecer os elementos essenciais para fazer que fluam livremente e de uma forma mais estruturada. Em suas reflexões, reconhece que a compartimentação de informações e a falta de uma política clara de canais de informação, impedindo a livre troca (Pérez Navarrete, N.d.)

A política de informação deve ter entre os seus objetivos fundamentais, o livre fluxo de informações entre os serviços competentes, porque introduz o chamado "princípio da igualdade de acesso" para permitir o acesso aos serviços e bases de dados de outros Estados, em condições comparáveis às dos serviços nacionais competentes (Pérez Navarrete, N.d.)

Para saber quais são as funções e competências que têm as principais agências policiais a nível europeu no domínio da cooperação policial, vai-se fazer um pequeno estudo, a fim de determinar posteriormente se existe analogia funcional ou pelo contrário executam outra troca de informações exclusiva desses órgãos.

A cooperação policial internacional é canalizada através da Unidade de Cooperação de Polícia Internacional, onde estão localizados os escritórios de cooperação internacional: EUROPOL e SIRENE, a nível da UE, e a Secretaria da INTERPOL para a cooperação policial a nível mundial.

#### **a. Interpol.**

A Interpol é a maior organização policial internacional, com 186 países membros, entre os quais estão os 27 Estados-Membros da UE, e o seu papel é apoiar e facilitar a ligação entre as organizações, entidades e serviços encarregados de combater o crime internacional, através das secretarias centrais nacionais criadas em cada Estado membro (mcu, 2011, p. 43)

Segundo o Manual de Cooperação Internacional Policial (Del Moral Torres, 2011, p. 142) das funções desenvolvidas pela INTERPOL destacam-se especialmente aquelas para fornecer um sistema mundial de comunicação policial protegida, e serviços globais de informações operacionais e bancos de dados para fins policiais, prestação de serviços de apoio policial operacional, assim como o treino e aperfeiçoamento da polícia. Embora que na sua declaração de princípios a Interpol declare que pode processar informações





relacionadas com crimes menores ou de direito comum, estabelecem-se algumas prioridades, como as a seguir indicadas:

- Tráfico de drogas e as organizações criminosas.
- Crimes financeiros e alta tecnologia.
- Segurança pública e terrorismo.
- Tráfico de seres humanos.
- Luta contra a corrupção.
- Busca por fugitivos.

O principal sistema de informação desenvolvido pela Interpol é a rede I24 / 7 de serviço 24 horas por dia todos os dias da semana através do qual as mensagens são transmitidas, e alertas de interesse da polícia e se permite o acesso a bases de dados da INTERPOL que recolhem dados relevantes da polícia proporcionados pelos Estados, relacionadas aos tipos de direito penal comum, tais como pessoas procuradas, dados nominais de criminoso, documentos de viagem que são perdidos ou roubados, documentos administrativos roubados, veículos roubados, impressões digitais, obras de arte roubadas, etc (Del Moral Torres, 2011, p. 143)

#### **b. Europol.**

O Serviço Europeu de Polícia (Europol) é o órgão responsável para promover a luta a nível comunitário contra as formas mais graves de criminalidade organizada internacional, através do desenvolvimento e melhoria da cooperação policial entre os Estados membros. Neste sentido, a Europol presta assistências às FSS dos Estados membros, através da recolha e análise de informação que fornece as autoridades policiais dos Estados membros<sup>3</sup>. Como parte desta política de cooperação policial entre eles, a Europol facilita a troca de informações entre os Estados membros, reúne e analisa as informações e dados; comunica aos serviços competentes dos Estados membros, através de unidades nacionais, a informação a respeito deles e informa-os imediatamente depois de ter encontrado uma relação ou ligação entre atos criminosos; facilita a sua investigação ; gere a recolha de informação computadorizada; presta assistência na formação de membros das autoridades nacionais; oferece apoio técnico entre eles (mcu, 2011, p. 41)

Relativamente ao seu funcionamento, a Europol atua no pressuposto de que dois ou

---

<sup>3</sup> A Europol, portanto, não pretende ser uma força policial no sentido tradicional (sem poderes executivos como os serviços de polícia dos Estados-Membros: não pode deter indivíduos, ou efetuar busca em domicílios ...) mas é um escritório da polícia intergovernamental cujas ações visam promover a cooperação policial eficaz entre Estados-membros por meio do intercâmbio e análise de informações e coordenação de operações entre eles.



mais Estados membros são afetadas por uma forma grave de crime organizado internacional. O seu funcionamento baseia-se na existência de Unidades Nacionais da Europol (UNE): um ponto de contato único em cada um dos Estados membros. Cada um deve criar ou designar uma UNE, que será o único órgão de ligação (ELO) entre a Europol e os serviços nacionais competentes (Del Moral Torres, 2011, p. 490)

Entre os instrumentos que a Europol põe ao serviço da cooperação policial incluem-se (mcu, 2011, p. 42):

(1) O sistema de informação computadorizado: É um sistema de armazenamento de dados onde pode ser gravada e consultada informação sobre pessoas suspeitas de terem cometido uma infração, ou que tenham sido condenados por um delito cometido num Estado-Membro, ou sejam suspeitas de ter participado num crime sob a jurisdição da Europol<sup>4</sup>.

(2) Os arquivos de trabalho, destinados a apoiar as investigações criminais, recolhem dados sobre infrações relacionadas com os crimes da sua competência<sup>5</sup>. Como resultado do interesse demonstrado pelos Estados-Membros, a Europol abriu um arquivo dedicado a crimes contra a propriedade intelectual chamado COPY.

#### **c. SIRENE. («Supplementary Information Request at the National Entries»)**

O Sistema de Informação Schengen (SIS) é um sistema de informação comum que permite às autoridades competentes dos Estados membros do Acordo de Schengen ter informações sobre certas categorias de pessoas e objetos (veículos, armas, bilhetes, documentos ...), por ocasião dos controlos das alfândegas e controlos de polícia realizados nas fronteiras (Del Moral Torres, 2011, p. 493)

Para a troca de informações e documentos que serão necessários cada vez seja encontrada uma pessoa ou objeto registado no SIS, foi criado em cada país uma Sede Nacional SIRENE (na qual estão representados os funcionários nacionais dos

---

<sup>4</sup> O sistema de informação contém dados quer pessoais (nome, sexo, nacionalidade ...), quer outras informações relativas ao crime (local, data, sentença ...), como suspeitas, de pertencer a uma organização criminosa. O acesso a esta informação está disponível para as unidades nacionais, agentes de ligação, diretor da Europol e agentes da Europol devidamente autorizados. Mais informações podem ser obtidas apenas através da unidade nacional, e apenas a unidade que inseriu os dados está autorizada a modificá-los, corrigi-los ou apagá-los.

<sup>5</sup> Nesses arquivos podem ser encontrados, por exemplo, informações sobre indivíduos em relação a certos fatos que justifiquem, do ponto de vista do direito nacional, a presunção de que cometeram delitos que a Europol é competente; potenciais testemunhos em investigações criminais ou processos penais; pessoas que possam fornecer informações sobre as infrações em causa. A recolha, armazenamento e processamento de dados é realizada com cautela e procedimentos regulamentados, incluindo o respeito estrito da proteção das pessoas, do ponto de vista do tratamento de dados pessoais.



*O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

---

Departamentos de Polícia, Alfândegas, Justiça e das Relações Exteriores, cujo objetivo é a preparação de arquivos para a entrada de dados no SIS, permitindo aos serviços de polícia nacionais competentes consultar a informação inserida no SIS, e servir como um órgão de comunicação bilateral com as sedes SIRENE de outros países (mcu, 2011, p. 43).



#### **4. Delinquência transfronteiriça entre Portugal e Espanha.**

Como já foi comentado anteriormente, o fato de não haver barreiras físicas entre ambos os países, facilita a prática de determinadas infrações, pela dificuldade no processo de investigação de tais delitos, por “colocar” os criminosos longe do alcance dos pesquisadores, ao esconderem-se no país vizinho, onde vivem e onde, em princípio, a lei penal é diferente da do país onde o crime foi cometido.

O trabalho que está sendo feito pelos CCPA é em grande parte um trabalho de divulgação de informações oportunas, que apoiam o trabalho operacional realizado pelas patrulhas que estão a fazer o serviço nesse momento, por causa do imediatismo da transmissão dessa informação. Também é contemplada, como vimos, a possibilidade de serviços operacionais pelos membros portugueses do CCPA, estabelecendo controles de fronteira, conforme prescrito no parágrafo 4º do artigo 41º do CAAS e no Regulamento Português de organização e funcionamento do CCPA.

Mas tudo isso não é suficiente para uma luta eficaz contra a criminalidade transfronteiriça. É necessária uma cooperação operacional mais activa e responsável por parte das autoridades policiais competentes para o combate na luta desse tipo de crime e que além disso seja um complemento importante do trabalho realizado pelos CCPA.

Assim, entre GNR e a GC têm-se implementado uma série de protocolos de ação conjunta que começaram com o Acordo sobre Controlos Transfronteiriços Móveis (1994) na fronteira entre os dois países, na luta contra o crime em geral através de controles multifuncionais, com a participação de diversas especialidades vocacionadas para a repressão das infrações em domínios especializados, designadamente no âmbito do SEPRONA/GC e SEPNA/GNR, tais como crimes ambientais transfronteiriços (resíduos urbanos sólidos, despejos ilegais, etc) contra a flora, a fauna e a pesca, e dos ilícitos contra a segurança rodoviária (conduzir sob a influência de álcool, drogas ou medicamentos tóxicos, condução imprudente, etc), a cargo das subunidades de trânsito da GNR e da GC, e ainda nos domínios fiscal e aduaneiro

Este Acordo prevê a realização de uma série de reuniões regulares entre os Comandantes das Unidades territoriais vizinhas, com uma periodicidade trimestral ao nível de Destacamento, semestral ao nível de Grupo Territorial e anual ao nível das Direções/Comandos Gerais, onde para além da avaliação e análise estatística das atividades e serviços prestados, se programam as ações a executar no futuro próximo.



Mas talvez a cooperação mais importante que se tem realizado nos últimos anos seja a derivada da assinatura do Memorando de Cooperação entre ambos os Corpos (2009) no âmbito das pesquisas, fulcrais para a obtenção de provas e assim poder imputar a responsabilidade pelo cometimento das infrações aos suspeitos que residem no país vizinho. Para fazê-lo de uma maneira eficaz são criadas equipas de investigação conjunta que têm contato permanente com os magistrados de ambos os países com jurisdição sobre as infrações em causa. Estas equipas de investigação são criadas também quando os crimes estão sendo investigados por outros órgão de polícia criminal, como a Polícia Judiciária, o SEF, ou outro, em razão da matéria e das respetivas competências.

Os dados constantes no presente capítulo foram obtidos da experiência do autor do trabalho durante mais de 15 anos em Comandos Territoriais na zona fronteiriça com Portugal, onde a facilidade de passagem entre os dois países, não só pelas fronteiras terrestres devido ao grande número de caminhos existentes (estradas, trilhos, caminhos, etc), mas também pelas fronteiras fluviais e aéreas, faz com que certos crimes proliferem com relativa facilidade, dada a dificuldade por parte da polícia, não só na pesquisa, mas também no domínio preventivo.

Algumas das mais importantes tipologias criminais transfronteiriças são aquelas que a seguir se indicam:

-Roubo / furto de metais não preciosos, como o cobre, praticado por grupos organizados de romenos e ciganos, espanhóis ou portugueses, que, devido ao grande aumento no preço alcançado, tem levado nos últimos anos a um crescimento considerável desse tipo de crime, facilitado por ocorrer em áreas a céu aberto, sem qualquer proteção, como é o caso das linhas de telefone, elétricas, instalações industriais de todos os tipos, centrais fotovoltaicas, solares, térmicas, etc.

Uma vez subtraído, esse material é preparado em lugares escondidos perto do lugar da perpetração e vendido, agrupado em pequena peças, a sucateiros, na sua maioria situados em território Português onde existe menor controlo administrativo.

-Robo/Furto de produtos dos setores agrícola e pecuário realizados por ciganos dos dois países; no caso dos produtos agrícolas é uma criminalidade sazonal, dependendo, portanto, da época de produção, como é o caso das uvas, azeitonas e todos os tipos de frutas, que são vendidos geralmente nas cooperativas agrícolas do país vizinho a um preço muito mais baixo do praticado nos produtos de proveniência legal. Estima-se que esta criminalidade



representa um prejuízo de várias centenas de milhões de euros por temporada ao longo da fronteira luso-espanhola.

Da mesma forma acontece com o gado de um e do outro país, que é introduzido por um dos inúmeros caminhos transfronteiriços existentes para escapar dos controlos de documentação das guias de origem e de saúde animal.

-Assalto à mão armada, por vezes com emprego da força ou violência e intimidação, a bancos, joalharias, e outro tipo de lojas, a maioria cometidos por grupos organizados de criminosos perigosos de nacionalidade espanhola, com emprego de armas de fogo e veículos de grande cilindrada previamente furtados. Normalmente, quando estes assaltos são detetados pelas FS Portuguêsas no momento da sua ocorrência, como tem acontecido em alguns casos, é realizada a perseguição prevista na CAAS, procurando-se informar de imediato o CCPA respetivo a fim de ser montado um dispositivo operacional de controlo na fronteira para tentar interceptar o veículo perseguido.

- Burla de grandes montantes obtidos pela compra de todo tipo de material (máquinas industriais, veículos de todos os tipos, etc) mediante a emissão de cheques sem provisão e/ou cheques falsificados, ou venda de bens furtados, que desencadeiam uma série de ações apoiadas pelas forças policiais do país de origem do suposto infrator, não só ao nível de inquéritos, mas também ao nível operacional com vista a recuperar a mercadoria, gestões bancárias, etc.

- Outro tipo muito comum de crime em Portugal, que também aproveita as vulnerabilidades da segurança transfronteiriça é a contrafação e a falsificação de marcas, em especial no setor do vestuário clandestinamente produzido em Portugal para ser vendido mais tarde quer em Portugal quer em Espanha, causando enormes prejuízos às empresas detentoras das patentes, fuga ao pagamento de impostos e concorrência desleal, entre outras.

- O narcotráfico de pequena escala nomeadamente para autoconsumo, entre as populações fronteiriças de Portugal e Espanha é um fato comprovado, onde súbditos nomeadamente portugueses vão comprar droga às cidades fronteiriças espanholas das regiões da Galiza, Andaluzia e Extremadura por existir maior possibilidade de compra do que em Portugal.

- E, por último, uma infração muito comum que se realiza através das fronteiras terrestres, consistente em introduzir de um país para outro, quantidades de dinheiro (superiores a 10.000 euros no caso da Espanha) sem serem declaradas na alfândega correspondente o que constitui uma infração à Ordem EHA/1439/2006, do Ministério de Economia e Fazenda.



## 5. Análise estatística dos CCPA ano 2012.

Relativamente à análise estatística realizada pelos CCPA dos dois países, no lado espanhol estas estatísticas são obtidas pela Secretaria de Estado de Segurança do MAI, quer para Espanha e Portugal, quer para França e Espanha.

O objetivo da análise estatística servirá para determinar vários fatores de cada CCPA, como o volume de atividade em termos de informações transmitidas, vigilâncias transfronteiriças, readmissões, perseguições transfronteiriças, e todos os processos iniciados pelos dois países, obtendo um número de conclusões que servirão de base para determinar se os CCPA estão cumprindo os objetivos funcionais e de competência que segundo o Acordo de Évora têm atribuídos.

Faz-se menção que os dados estatísticos dos meses de novembro e dezembro não foram disponibilizados pela SES e portanto não foram inseridos no estudo estatístico.

### a. Luso –Espanhol.

**Tabela nº1-** Dados estatísticos CCPA Tuy-Valença do minho.

Fonte: SES 2012

<i>Tuy-Valença do Minho</i>																
	<i>A solicitud</i>			<i>De propia iniciativa</i>			<i>Vigilancias</i>			<i>Persecuciones</i>			<i>Readmisiones</i>			<i>Operaciones</i>
	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp-Pt
ene	76	115	191	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	7	8	0
feb	84	113	197	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	5	5	0
mar	116	132	248	3	1	4	1	0	1	0	0	0	0	4	4	0
abr	72	130	202	6	0	6	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0
may	95	134	229	15	1	16	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0
jun	88	106	194	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
jul	68	119	187	8	2	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ago	61	68	129	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
sep	58	109	167	4	2	6	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0
oct	84	113	197	6	0	6	0	0	0	0	0	0	0	4	4	0
nov	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	802	1.139	1.941	49	8	57	1	0	1	0	0	0	4	27	31	0

No CCPA de Tuy-Valença do Minho predominam os pedidos de informação feitos pela parte portuguesa, sendo mais numerosas as informações transmitidas por iniciativa própria pela parte espanhola. As readmissões são menores em Espanha do que em Portugal.





*O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

**Tabela nº 2-** Dados estatísticos CCPA Quintanilha-Alcanhices.

Fonte: SES 2012

Quintanilha-Alcañices																
	A solicitud			De propia iniciativa			Vigilancias			Persecuciones			Readmisiones			Operaciones
	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp-Pt
ene	13	21	34	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
feb	7	25	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	3
mar	16	22	38	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
abr	12	12	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
may	25	21	46	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
jun	11	8	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
jul	13	19	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
ago	6	15	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	30
sep	7	17	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
oct	9	18	27	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
nov	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
dic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	119	178	297	2	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	68

O CCPA de Quintanilha-Alcañices, segue a mesma evolução do CCPA anterior, embora em menor proporção por ter menos volume de trabalho.

**Tabela nº 3-** Dados estatísticos CCPA Vilar Formoso-Ftes.Oñoro.

Fonte: SES 2012

Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro																
	A solicitud			De propia iniciativa			Vigilancias			Persecuciones			Readmisiones			Operaciones
	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp-Pt
ene	31	79	110	0	1	1	0	0	0	0	0	0	32	4	36	0
feb	69	83	152	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36	5	41	0
mar	71	87	158	1	1	2	0	0	0	0	0	0	30	7	37	0
abr	50	59	109	4	1	5	0	0	0	0	0	0	25	7	32	1
may	87	58	145	3	3	6	0	0	0	0	0	0	34	8	42	0
jun	78	52	130	3	4	7	0	0	0	0	0	0	27	6	33	0
jul	53	34	87	5	1	6	0	0	0	0	0	0	31	11	42	0
ago	52	52	104	3	2	5	0	0	0	0	0	0	42	12	54	0
sep	49	42	91	1	5	6	0	0	0	0	0	0	30	5	35	0
oct	88	89	177	3	2	5	0	0	0	0	0	0	20	2	22	1
nov	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
dic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	628	635	1.263	23	20	43	0	0	0	0	0	0	307	67	374	3

O CCPA de Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro tem um volume de trabalho intermédio aos dois anteriores, mas a distribuição por países é muito semelhante, exceto em readmissões que é maior o número das feitas pela Espanha do que em Portugal.





## O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça

**Tabela nº 4-** Dados estatísticos CCPA Caya-Elvas

Fonte: SES 2012

Caya-Elvas																
	A solicitud			De propia iniciativa			Vigilancias			Persecuciones			Readmisiones			Operaciones
	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp-Pt
ene	114	94	208	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
feb	141	74	215	0	2	2	0	0	0	0	0	0	2	3	5	0
mar	168	69	237	11	5	16	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
abr	123	55	178	4	6	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
may	110	68	178	3	4	7	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
jun	119	63	182	0	3	3	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
jul	98	56	154	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0
ago	95	59	154	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0
sep	105	62	167	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0
oct	132	100	232	6	1	7	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0
nov	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.205	700	1.905	29	23	52	0	0	0	1	0	1	5	12	17	0

O CCPA de Caya-Elvas é o que regista pela parte espanhola um maior número de requerimentos de informação, encontrando-se as informações trocadas por iniciativa própria bastante equilibradas. Predominam as readmissões feitas pela parte portuguesa.

**Tabela nº 5-** Dados estatísticos CCPA Castro Marim-Ayamonte

Fonte: SES 2012

Castro Marim-Ayamonte																
	A solicitud			De propia iniciativa			Vigilancias			Persecuciones			Readmisiones			Operaciones
	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp	Pt	Total	Esp-Pt
ene	26	51	77	30	20	50	0	0	0	0	0	0	2	4	6	54
feb	26	22	48	33	21	54	0	0	0	0	0	0	2	3	5	62
mar	39	26	65	32	23	55	0	0	0	0	0	0	1	2	3	54
abr	36	20	56	37	30	67	0	0	0	0	0	0	1	6	7	41
may	45	14	59	19	26	45	0	0	0	0	0	0	1	2	3	56
jun	28	27	55	33	31	64	0	0	0	0	0	0	0	2	2	32
jul	30	30	60	41	40	81	0	0	0	0	0	0	1	0	1	55
ago	27	33	60	26	35	61	0	0	0	0	0	0	1	2	3	29
sep	21	35	56	27	21	48	0	0	0	0	0	0	1	1	2	26
oct	32	15	47	37	14	51	0	0	0	0	0	0	2	3	5	56
nov	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	56
dic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	310	273	583	315	261	576	0	0	0	0	0	0	12	25	37	521

Por último, o CCPA de Castro Marim-Ayamonte, apresenta uma atividade equilibrada, sendo muito similar o trabalho de ambos os países.

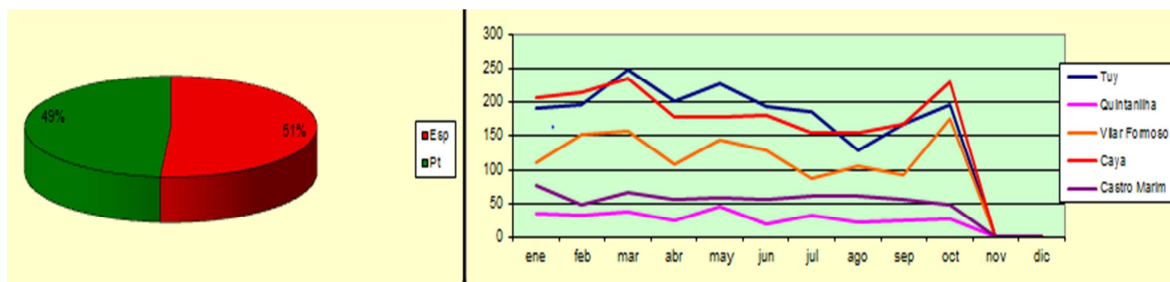


Gráfico nº1 - Troca de informação requerida (Tuy, Quintanilha, V. For, Caya, C.Marim)

Fonte: SES 2012



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

No tema da troca de informação requerida, a actividade é dividida praticamente a 50% entre os dois países, destacando-se o CCPA de Tuy e Caia sobre todos os outros.

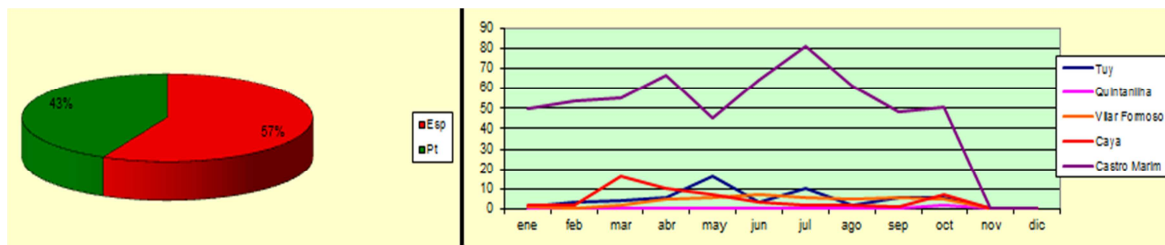


Gráfico n 2º - Comunicações por iniciativa própria (Tuy, Quintanilha, V. For, Caia, C.Marim)

Fonte: SES 2012

No tocante às informações transmitidas por iniciativa própria, destaca-se com muita diferença o CCPA de Castro Marim, e no global Portugal tem 43% das comunicações enquanto que Espanha tem 57%.

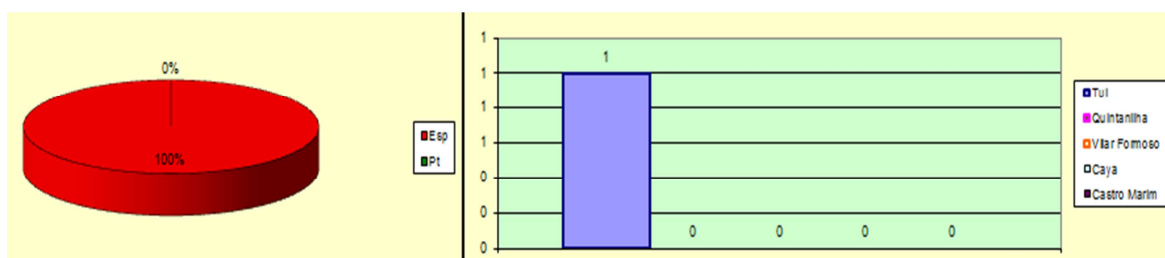


Gráfico n 3- Vigilâncias Transfronteiriças (Tuy, Quintanilha, V. For, Caia, C.Marim)

Fonte: SES 2012

As vigilâncias transfronteiriças são muito escassas em todo o ano, tendo-se feito só uma pelo CCPA de Tuy correspondente à parte espanhola.

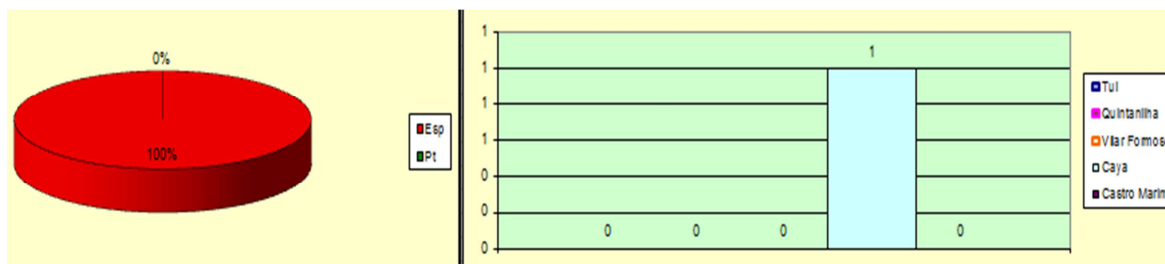


Gráfico n 4- Perseguições Transfronteiriças (Tuy, Quintanilha, V. For, Caia, C.Marim)

Fonte: SES 2012

Em relação às perseguições, também são muito poucas as realizadas entre os dois países, só aconteceu uma e foi realizada pela GC de Espanha.



## O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça

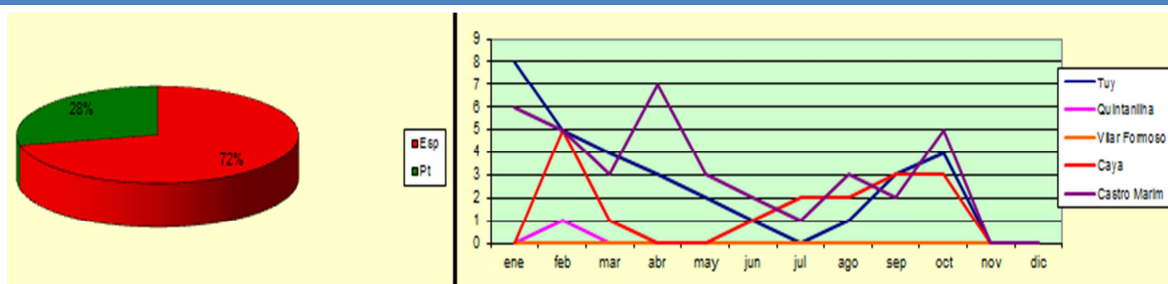


Gráfico n° 5- Readmissões (Tuy, Quintanilha, V. For, Caya, C.Marim)

Fonte: SES 2012

No que respeita a readmissões 72 % corresponderam a Espanha e 28% a Portugal, destacando-se o CCPA de Vilar Formoso sobre todos os outros.

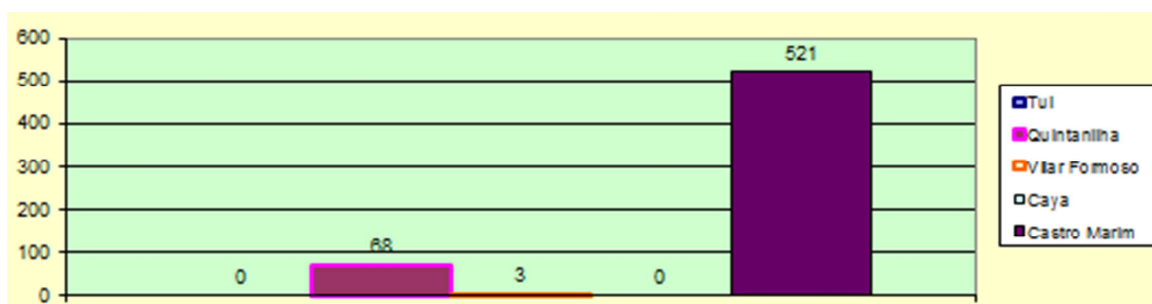


Gráfico n° 6- Apoio às Operações (Tuy, Quintanilha, V. For, Caya, C.Marim)

Fonte: SES 2012

Relativamente aos apoios a operações destaca-se o CCPA de Castro Marím com muita diferença sobre todos os outros, sendo chamativo a pouca ou nula atividade que tem os outros CCPA a respeito desta atividade, pelo que poderia existir alguma anomalia não detetada até agora, como pudesse ser o caso de não comunicar aos CCPA este tipo de ações.

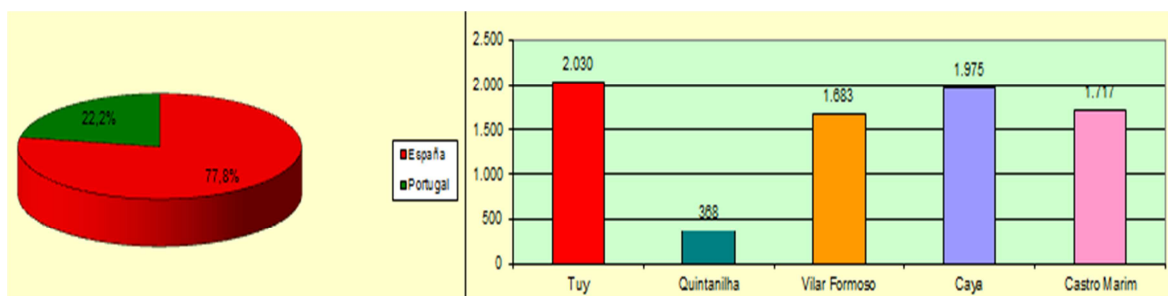


Gráfico n° 7 - Total de Expedientes (Tuy, Quintanilha, V. For, Caya, C.Marim)

Fonte: SES 2012

No total de expedientes tramitados, Espanha realizou 77,8% frente a 22,2% realizado por Portugal, destacando os CCPA de Tuy e Caya, seguidos de Castro Marim e Vila Formoso e, no último lugar o CCPA de Quintanilha.



*O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

**b. Hispano-francês.**

**Tabela nº 6-** Dados estatísticos CCPA Le Perthus-La Junquera

Fonte: SES 2012

**Le Perthus-La Junquera**

	A solicitud			De propia iniciativa			Vigilancias			Persecuciones			Readmisiones			Operaciones	
	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp-Fr	
ene	228	976	1.204	12	18	30	0	0	0	0	0	0	0	0	187	187	8
feb	233	1.118	1.351	20	34	54	0	0	0	0	0	0	0	0	172	172	8
mar	268	1.255	1.523	32	39	71	0	0	0	0	0	0	0	0	178	178	8
abr	236	917	1.153	25	42	67	0	0	0	0	0	0	10	174	184	8	
may	317	742	1.059	32	11	43	0	0	0	0	0	0	2	150	152	8	
jun	265	780	1.045	29	29	58	0	0	0	0	0	0	3	109	112	8	
jul	238	767	1.005	31	19	50	0	0	0	0	0	0	7	110	117	8	
ago	248	661	909	29	44	73	0	0	0	0	0	0	1	95	96	8	
sep	184	857	1.041	22	22	44	0	0	0	0	0	0	0	140	140	0	
oct	248	1.087	1.335	21	46	67	0	0	0	0	0	0	5	128	133	0	
nov	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
dic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	2.465	9.160	11.625	253	304	557	0	0	0	0	0	0	28	1.443	1.471	64	

No CCPA de Le Perthus- La Junquera o maior volume de informação é transmitida a requerimento das partes e nomeadamente pela França; o mesmo ocorre com as readmissões onde existe uma grande diferença entre as efetuadas pela França e as efetuadas pela Espanha.

**Tabela nº 7-** Dados estatísticos CCPA Melles-Pont du Roy

Fonte: SES 2012

**Melles/Pont du Roy-Les**

	A solicitud			De propia iniciativa			Vigilancias			Persecuciones			Readmisiones			Operaciones
	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	
ene	41	198	239	3	10	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
feb	75	125	200	2	7	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
mar	125	150	275	4	5	9	0	0	0	0	0	0	1	1	2	4
abr	80	381	461	6	2	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
may	116	301	417	2	3	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
jun	109	354	463	2	6	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
jul	164	115	279	2	8	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
ago	121	113	234	6	11	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
sep	112	141	253	3	5	8	0	0	0	0	0	0	0	3	3	5
oct	140	167	307	5	8	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
nov	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.083	2.045	3.128	35	65	100	0	0	0	0	0	0	1	4	5	32

Melles-Pont du Roy-Les, apresenta em geral muito menos atividade que o anterior CCPA, embora a França realize mais requerimentos do que a Espanha.



## O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça

**Tabela nº8-** Dados estatísticos CCPA Canfranc -Somport

Fonte: SES 2012

<b>Canfranc/Somport-Urdós</b>																
	<b>A solicitud</b>			<b>De propia iniciativa</b>			<b>Vigilancias</b>			<b>Persecuciones</b>			<b>Readmisiones</b>			<b>Operaciones</b>
	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp-Fr
ene	115	386	501	7	9	16	0	0	0	0	0	0	5	8	13	0
feb	128	271	399	8	10	18	0	0	0	0	0	0	1	6	7	1
mar	169	390	559	9	16	25	0	0	0	0	0	0	3	7	10	0
abr	167	309	476	2	19	21	0	0	0	0	0	0	7	3	10	0
may	212	305	517	6	13	19	0	0	0	0	0	0	10	2	12	0
jun	176	210	386	6	22	28	0	0	0	0	0	0	4	2	6	0
jul	151	253	404	12	21	33	0	0	0	0	0	0	1	3	4	1
ago	196	296	492	6	17	23	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0
sep	190	309	499	10	10	20	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
oct	179	335	514	28	7	35	0	0	0	0	0	0	3	6	9	0
nov	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.683</b>	<b>3.064</b>	<b>4.747</b>	<b>94</b>	<b>144</b>	<b>238</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>39</b>	<b>74</b>	<b>2</b>

O CCPA de Canfranc/Somport-Urdós, apresenta uma atividade intermédia em relação aos dois anteriores, tendo também a parte francesa mais pedidos do que a espanhola.

**Tabela nº9-** Dados estatísticos CCPA Hendaya-Irún

Fonte: SES 2012

<b>Hendaye-Irún</b>																
	<b>A solicitud</b>			<b>De propia iniciativa</b>			<b>Vigilancias</b>			<b>Persecuciones</b>			<b>Readmisiones</b>			<b>Operaciones</b>
	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp	Fr	Total	Esp-Fr
ene	199	316	515	19	19	38	0	4	4	0	0	0	13	129	142	0
feb	193	366	559	21	18	39	0	5	5	0	0	0	31	111	142	0
mar	176	808	984	18	18	36	0	9	9	0	0	0	34	172	206	0
abr	180	317	497	28	9	37	1	0	1	0	0	0	20	162	182	4
may	203	332	535	20	10	30	0	2	2	0	0	0	26	168	194	0
jun	141	316	457	34	25	59	1	3	4	0	0	0	34	171	205	3
jul	160	301	461	23	10	33	0	3	3	0	0	0	36	170	206	3
ago	142	277	419	12	18	30	0	4	4	0	0	0	34	116	150	5
sep	181	402	583	18	17	35	0	2	2	0	0	0	26	211	237	2
oct	243	423	666	29	17	46	0	5	5	0	0	0	36	195	231	3
nov	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
dic	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.818</b>	<b>3.858</b>	<b>5.676</b>	<b>222</b>	<b>161</b>	<b>383</b>	<b>2</b>	<b>37</b>	<b>39</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>290</b>	<b>1.605</b>	<b>1.895</b>	<b>20</b>

O CCPA de Hendaye-Irún é o segundo em volume de trabalho dos centros hispanos – franceses, também com maior atividade francesa do que espanhola, só sendo superada por Espanha no tocante transmissões por iniciativa própria

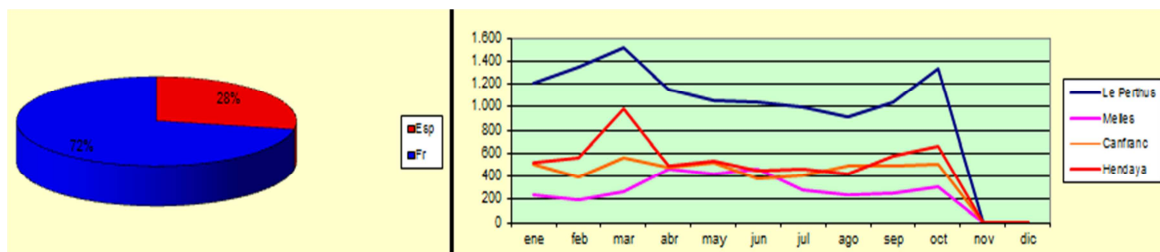


Gráfico nº 8- Troca de informação requerida (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya)

Fonte: SES 2012





## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

72% das informações foram geradas pela França e 28% pela Espanha, destacando-se o CCPA de Le Pertus sobre todos os outros.

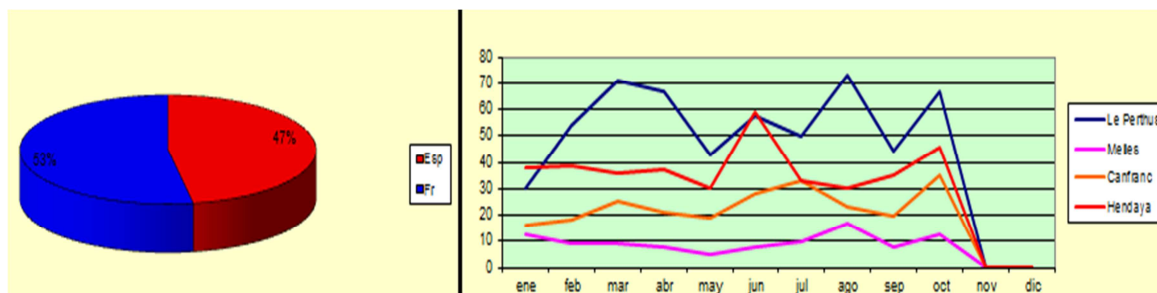


Gráfico n.º 9 - Comunicações por iniciativa própria (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya)

Fonte: SES 2012

Das comunicações efetuadas por iniciativa própria a estatística é mais igual entre os dois países, a França fez 53% das mesmas e a Espanha 47%, destacando-se também Le Pertús sobre todos os outros.

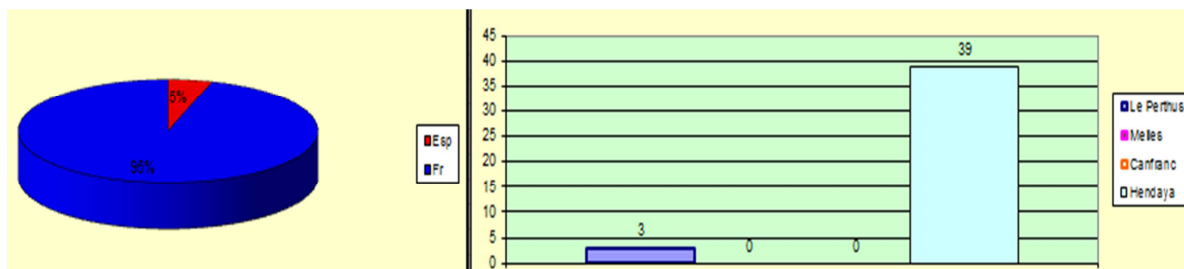


Gráfico n.º 10 - Vigilância Transfronteiriça (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya)

Fonte: SES 2012

Relativamente às vigilâncias transfronteiriças 95% foram realizadas pela França e só 5% foi efetuado pela parte espanhola, destacando-se o CCPA de Hendaya.

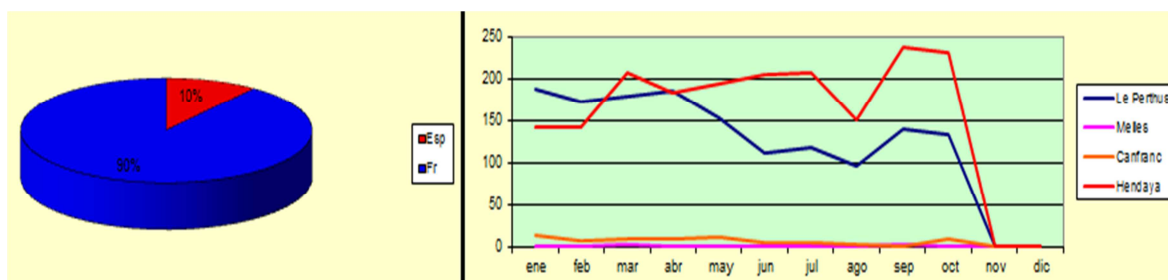


Gráfico n.º 11 - Readmissões (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya)

Fonte: SES 2012

As readmissões também a França tem uma ampla maioria sobre a Espanha com 90%, destacando-se o CCPA de Hendaya.



## O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça

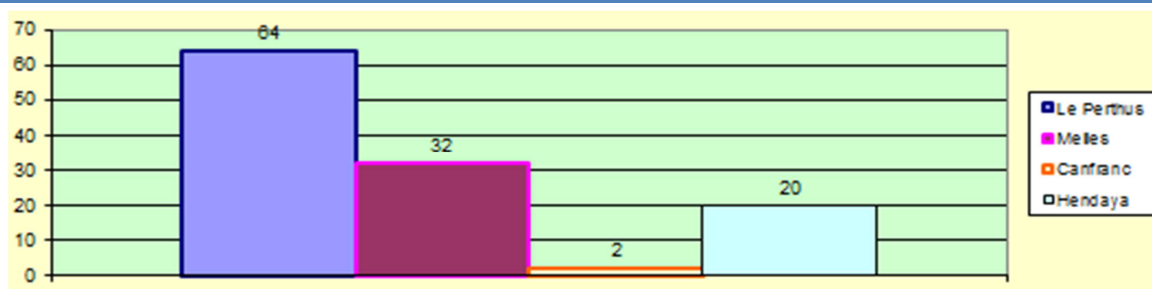


Gráfico n°12 - Apoio às Operações (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya)

Fonte: SES 2012

Os apoios às operações foram realizados na sua maioria pelo CCPA de Le Perthus, a seguir por Melles, Hendaya e Canfranc.

Não foram efetuadas perseguições transfronteiriças. Referir também que nos dados estatísticos analisados não estão contempladas nem as vigilâncias transfronteiriças, nem os apoios as operações do tema terrorista, mas apenas aquelas que respeitam à delinquência comum.

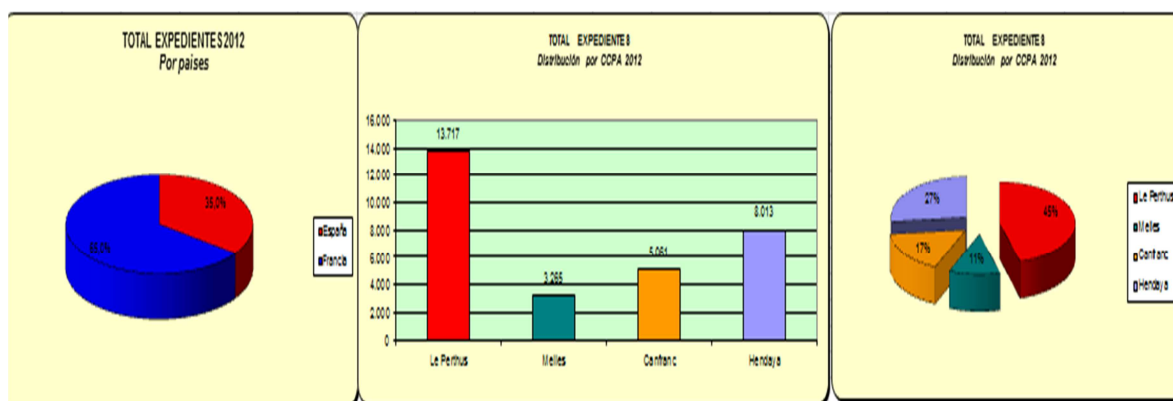


Gráfico n° 13- Expedientes (Le Perthus, Melles, Canfranc, Hendaya)

Fonte: SES 2012

Do total dos expedientes tramitados 65% correspondem à França e 35 % à Espanha, destacando-se com maior número de expedientes Le Pertus, a seguir de Hendaya, Canfranc e Melles.

### c. Estatística Conjunta.

Procede-se agora à análise das atuações conjuntas dos três países, assim como de cada um dos CCPA Hispano-Franceses e Luso - Espanhóis

O país que mais informação cedeu foi a França, seguida da Espanha e por último Portugal.



*O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

**Tabela nº10** – Troca de informação requerida CCPA (H-F e L-E)

Fonte: SES 2012

CCPA	Total
Le Perthus	11.625
Melles	3.128
Canfranc	4.747
Hendaya	5.676
Tuy	1.941
Quintanilha	297
Vilar Formoso	1.263
Caya	1.905
Castro Marim	583

País	Total
España	10.113
Francia	18.127
Portugal	2.925

O CCPA que apresenta maiores números é Le Perthus, a seguir Hendaya, e pela parte hispano-portuguesa o primeiro é Tuy, e perto dele Caia.

**Tabela nº 11**-Comunicações por iniciativa própria CCPA (H-F e L-E)

Fonte: SES 2012

CCPA	Total
Le Perthus	557
Melles	100
Canfranc	238
Hendaya	383
Tuy	57
Quintanilha	2
Vilar Formoso	43
Caya	52
Castro Marim	576

País	Total
España	1.022
Francia	674
Portugal	312

No tocante às comunicações os números estão muito mais igualados, sendo o CCPA de Castro Marim o que apresenta mais comunicações efetuadas, a seguir Le Pertus e Canfranc. Relativamente aos países, é a Espanha quem tem maior número deste tipo de com

**Tabela nº 12**- Vigilâncias CCPA (H-F e L-E)

Fonte: SES 2012

CCPA	Total
Le Perthus	3
Melles	0
Canfranc	0
Hendaya	39
Tuy	1
Quintanilha	0
Vilar Formoso	0
Caya	0
Castro Marim	0

País	Total
España	3
Francia	40
Portugal	0

As vigilâncias transfronteiriças efetuadas são muito escassas, destacando a França e o CCPA de Hendaya.





## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

**Tabela nº13 – Perseguições CCPA (H-F e L-E)**

Fonte: SES 2012

CCPA	Total
Le Perthus	0
Melles	0
Canfranc	0
Hendaya	0
Tuy	0
Quintanilha	0
Vilar Formoso	0
Caya	1
Castro Marim	0

Pais	Total
Espanha	1
Francia	0
Portugal	0

As perseguições transfronteiriças ainda são muito mais reduzidas do que as vigilâncias transfronteiriças. A única que foi feita o ano passado envolveu a Guardia Civil entre a Espanha e Portugal: na sequência de um roubo com intimidação, efetuado num banco na localidade espanhola de La Codosera, que fica apenas a 5 Km da fronteira portuguesa, a Guardia Civil deu início a uma perseguição transfronteiriça, que posteriormente viria a receber a colaboração da GNR, e que culminou com a detenção dos criminosos

**Tabela nº 14-Readmissões CCPA (H-F e L-E)**

Fonte: SES 2012

CCPA	Total
Le Perthus	1.471
Melles	5
Canfranc	74
Hendaya	1.895
Tuy	31
Quintanilha	1
Vilar Formoso	374
Caya	17
Castro Marim	37

Pais	Total
Espanha	683
Francia	3.091
Portugal	131

O CCPA que realizou maior número de readmissões foi Hendaya a seguir de Le perthus e Vilar Formoso dos CCPA luso-espanhóis.

Existe uma grande diferença entre as readmissões realizadas pela França, pela Espanha e ainda mais relativamente a Portugal.

**Tabela nº15 – Apoio às operações CCPA (H-F e L-E)**

Fonte: SES 2012

CCPA	Total
Le Perthus	64
Melles	32
Canfranc	2
Hendaya	20
Tuy	0
Quintanilha	68
Vilar Formoso	3
Caya	0
Castro Marim	521

Pais	Total
Espanha-Francia	118
Espanha-Portugal	71

No apoio às operações destaca-se sobre todos os outros o CCPA de Castro Marím a seguir muito longe por Quintanilha e Le Perthus.



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

**Tabela nº16 - Total Expedientes CCPA (H-F e L-E)**

Fonte: SES 2012

CCPA	Total
Le Perthus	13.717
Melles	3.265
Canfranc	5.061
Hendaya	8.013
Tuy	2.030
Quintanilha	368
Vilar Formoso	1.683
Caya	1.975
Castro Marim	1.717

País	Total
España	11.822
Francia	21.929
Portugal	3.368

CCPA	Total
Intercambios de información	31.165
Comunicaciones	2.008
Vigilancias	43
Persecuciones	1
Readmisiones	3.905
Apoyo operaciones	189
Total	37.311

O total de expedientes realizados pela França foi quase o dobro do efetuado pela Espanha, ficando Portugal muito por debaixo.

O CCPA que registou mais atividade foi Le Perthus a seguir Hendaya e relativamente aos luso-espanhóis Tuy e Caia. É chamativo o fato que o CCPA hispano-francês que menor atividade apresenta (Melles -3265), ter mais volume de trabalho do que o maior CCPA luso-português. O maior volume de trabalho representa a troca de informação a requerimento, a seguir das

readmissões muito por debaixo, resultando praticamente nulas as perseguições transfronteiriças chamadas comumente "perseguições a quente".

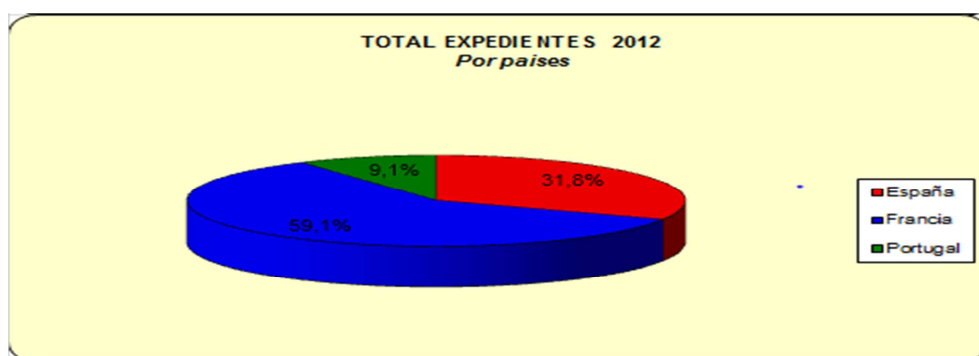


Gráfico nº14 – Expedientes por países

Fonte: SES 2012

Do global dos expedientes tramitados a França efetuou 59,15%, a Espanha 31,8% e Portugal apenas 9,1% do total.

As consequências obtidas da análise dos dados estatísticos examinados são as seguintes:

- A França apresenta muito maior atividade nos seus CCPA do que a Espanha e Portugal têm nos seus.
- A maior atividade realizada, com muita diferença sobre as outras, é a transmissão de informações a requerimento nos três países, e a menor, que é praticamente nula, é a perseguição transfronteiriça.
- O único parâmetro em que os CCPA luso – espanhóis superam aos hispano-franceses são as comunicações por iniciativa própria.



## **6. Resumo das entrevistas realizadas.**

Para realizar as entrevistas, foram formuladas perguntas genéricas sobre os CCPA aos entrevistados, que foram enviadas por e-mail para facilitar o processo de recolha de dados, exceto no CCPA de Caya-Elvas que foi feita pessoalmente com todos os integrantes do mesmo por ser uma Unidade pertencente orgánicamente ao Grupo Territorial de Badajoz o qual estou a comandar atualmente.

### **a. Autoridades Espanholas.**

Secretaria de Estado de Segurança (S.E.S): Tenente Coronel da Guardia Civil Santiago Mata Cubero, Coordenador Nacional Adjunto dos CCPA.

Os CCPA são estruturas de troca de informações e apoio a todos os departamentos responsáveis pelas funções de polícia e alfândegas a fim de promover o desenvolvimento harmonioso da cooperação transfronteiriça em matéria policial e aduaneira e, em particular, para combater a imigração ilegal, crimes transfronteiriços, a prevenção de ameaças à ordem pública e tráfico de drogas.

Neste contexto, os CCPA são um canal ideal para a troca de informações policiais entre os diferentes Estados membros da UE e instalados nos seus limites fronteiriços comuns, devido à rapidez de resposta e flexibilidade que eles oferecem, permitindo uma resolução policial eficaz. A informação policial que é trocada, refere-se principalmente à prevenção e repressão da criminalidade comum, que é um dos principais problemas para a cidadania na nova área de liberdade, segurança e justiça da UE.

Assim, os CCPA devem ser entendidos como um instrumento que aprofunda canais bilaterais de troca de informações policiais e complementa outros canais para a cooperação policial transfronteiriça (SIRENE, a Europol e a Interpol).

Suas principais funções são a recolha e a troca de informações, cooperação em matéria de readmissão de imigrantes ilegais, ações de apoio de vigilância e perseguição, a coordenação de medidas conjuntas de fiscalização na área da fronteira e análise específica do crime fronteiriço (embora este último ponto seja o menos desenvolvido).

Normalmente a atividade dos CCPA gira em torno de um espaço comum, no qual estão representados os corpos policiais e aduaneiros dos dois países e cujos operadores têm acesso contínuo aos bancos de dados dos seus órgãos de origem. Isto permite uma relação pessoal fluida, o que facilita o imediatismo das respostas para as unidades operacionais solicitantes de informação.



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

Cada um dos CCPA depende muito da personalidade e iniciativa dos seus respetivos coordenadores. Em geral os coordenadores ainda não assumem que eles devem esquecer (pelo menos um pouco) o papel de chefes da Polícia ou GC, e que o seu trabalho é mais de “representante nacional” do que corporativo. Isso é mais assumido, nos CCPA franco-espanhóis e, conseqüentemente, o seu funcionamento é mais fluido, porque os coordenadores são mais focados na busca da eficácia do conjunto. Também lhes ajudou muito que a França tem CCPA com a Bélgica, Alemanha, Itália e Suíça, e esta experiência serve de referência aos coordenadores dos CCPA hispano-franceses, que obviamente, ajuda a melhorar o desempenho.

Também é diferente o volume de trabalho, porque a fronteira portuguesa não é tão controversa como a francesa e isso afeta ao número dos diferentes pedidos que chegam ao CCPA.

### -Resumo das entrevistas com alguns dos representantes da Guardia Civil dos CCPA Luso-Espanhóis.

As perguntas realizadas aos componentes dos CCPA vão focadas no tema operacional e à atividade diária, para ver como funcionam cada um deles e que diferenças apresentam.

#### CCPA de Castro Marim

Vice-Coordenador : Tenente José Dolores Santos

Dentro dos CCPA, mensalmente é fixado um plano de patrulhas conjuntas e controlos por proposta do SEF, GNR e CNP, onde pela parte portuguesas do CCPA participam todos os Corpos e agentes do CNP do Serviço de Estrangeiros ou da Unidade de Intervenção Próxima (UIP), além disso membros da Agência Tributária do CCPA. Este CCPA destaca-se pela sua grande atividade operacional. A GC só realiza operações no âmbito dos controlos móveis com a GNR, portanto, fora do CCPA.

Para os requerimentos de partilha de informações procedente de Portugal, entre GC e CNP, estabeleceu-se conjuntamente um sistema de guardas por turnos semanais, sendo o Corpo que está de guarda quem tramita o pedido, conseguindo a informação dos outros Corpos, dando assim uma resposta conjunta. Há questões que são exclusivas de um Corpo, como armas, estrangeiros, operações específicas, etc, em que o pedido pode ser feito diretamente ao Corpo que lhe afete e depois é gravada no aplicativo Aneto.

#### CCPA Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro

Informações proporcionadas pelo Sargento do CCPA de Fontes de Oñoro Luis Alberto Santos Barroso.



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

-Quanto a tarefas operacionais no CCPA , a Guarda Civil não participa nelas, porém , sim participam os outros Corpos representados no CCPA , estabelecendo-se controlos conjuntos nomeadamente no territorio português (área CCPA), fixando-se os mesmos nas reuniões mensais do Centro. O CNP está envolvido, mas o seu interesse é em relação às questões de imigração.

-Tramitação, receção, e distribuição de expedientes:

A receção de pedidos de cooperação das autoridades portuguesas têm entrada exclusiva por e-mail da extranet. Para o resto as petições decorrentes de unidades da GC, são recebidas através do Groupwise e SIGO (Sistema Integral de Gestão Operacional). Uma vez que o pedido de colaboração é introduzido, é atribuído um número correspondente ao ano em curso, e imediatamente é registado num livro para esse fim, onde constam dados como a chegada / saída, origem do pedido, motivo da petição, o operador que a tramita, observações, etc. Simultaneamente é criada uma pasta no computador com o número de arquivo atribuído, onde ficarão todos os mails, e mais documentação que gere o registo, resultante da tramitação do mesmo. No caso de uma resposta demorar mais de um dia, cria-se uma página de atividade, onde é registada cronologicamente detalhando todos as gestões feitas até agora com ele, assim como as restante a ser realizadas até o término completo das gestões. Simultaneamente é registado no aplicativo Aneto.

### CCPA Quintanilha/Alcañices.

Horário do Centro pela parte portuguesa:

- GNR e SEF, 24 horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados.
- PSP 9:00-17:00 , de segunda a sexta-feira, excluindo feriados em Portugal.
- PJ, das 09:00 às 17:00 , de segunda a sexta-feira, excluindo feriados em Portugal.
- Alfândegas de Portugal e Espanha reúnem-se uma vez por mês ou a cada dois meses no Centro, se eles têm alguma coisa pendente.

Horário do Centro para a Espanha:

GC e CNP, das 09:00 às 21:00 h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais.

Livros Registo de pedidos:

Pelos Corpos portugueses, cada um tem o seu registo individual e pessoal.

- A GC tem um livro de entradas e outro de saídas, onde se anota a entrada e saída de qualquer pedido procedente de qualquer Unidade da GC.
- O CNP é igual para os pedidos das suas Unidades.



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

- Também existe um livro de entrada e saída conjunto, que regista todas as solicitações que são feitas quer pela GC, quer pelo CNP para as autoridades portuguesas. Também há um arquivo conjunto pela parte portuguesa para as entradas e saídas.

Com relação aos controlos, o CNP que tem em Alcañices um Posto de estrangeiros e documentação faz algum controlo na parte portuguesa com o SEF e a GNR.

### CCPA Caya-Elvas.

Sargento Francisco Lozano Frutos.

Existe um protocolo de atuação desenvolvido pelo CCPA em maio de 2009, quatro meses após a criação do Centro, mas não está atualizado. Posteriormente, o Gabinete de Coordenação da SES criou o aplicativo de gestão Aneto para os CCPA, onde são registados os pedidos (modelo do expediente Anexo E) e as gestões realizadas, gerando as estatísticas do Centro inteiramente. Esta aplicação dá-nos o número de arquivo que vamos realizar, dá-nos também o número da entrada e da saída. Portanto, podemos considerar que esta aplicação é o principal arquivo de gestão dos CCPA, porque é o que regista todas as nossas ações.

Depois de receber alta no Aneto, cada força policial (CNP ou GC), leva seus próprios registos e em diferentes formatos. Nós temos um livro de arquivos no computador, por meio do qual organizamos anualmente os registos. Este livro foi elaborado pela Guardia Civil do CCPA, e cada CCPA tem o seu próprio sistema de fazê-lo.

Relativamente ao Corpo policial que tramita cada arquivo, neste Centro, cada Corpo policial português envia o pedido ao Corpo policial espanhol, que cria e pode fornecer a informação que precisa, via e-mail e mediante um formulário que nós concordamos em utilizar conjuntamente, onde são preenchidos uma série de dados. Este documento é importante porque é elaborado pela força policial que faz a gestão e quem a solicita. Fica como documento principal no arquivo.

Em relação a outro tipo de gestões que podem ser requeridas, atua-se da mesma maneira, ou seja, cada Corpo policial solicita a gestão ao Corpo policial que considera que é competente para a resolver. Em relação ao trabalho operacional do CCPA, na parte espanhola não se realiza nenhum porque o Regulamento da SES de 2008 não o contempla, mas o lado Português faz outra interpretação do Acordo de Évora e realiza controlos móveis. Esses controlos realizados em Portugal, são organizados pelo SEF e envolve a GNR, Polícia Judiciária, Alfândegas, e pela parte espanhola algum componente da Brigada de Estrangeiros do CNP espanhol, e o Inspetor do DAVA do CCPA.



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

A GNR está envolvida nesses controlos do lado Português, porque o SEF não é competente em termos de trânsito e não podem por si mesmos cortar o trânsito rodoviário para estabelecer um controlo na estrada.

### Representante espanhol do CCPA Hispano-Franceses.

Informação proporcionada pelo Sargento da GC do CCPA de Hendaya-Irún.

A constituição dos ditos CCPA é pela parte espanhola a mesma do que entre a Espanha e Portugal e pela parte francesa o CNP, a Gendarmerie e Alfândegas.

O funcionamento é similar aos luso-espanhóis mas com algumas diferenças. Os pedidos são encaminhados para a Polícia que lhes interessa, pois há linhas telefónicas directas para cada componente do CCPA.

Todos os CCPA espanhóis começam a gravar o registo em Aneto da SES que lhe dá um número e a partir daí, cada instituição gere o arquivo de uma forma distinta.

O CCPA Hendaya é o único com uma secretaria conjunta, que não é mais nada do que uma central de operadora composta por um computador, que canaliza todos os pedidos e respostas à força policial que é competente. Este modo de operação foi acordado pelos representantes do CCPA, independentemente da SES. Eles também não realizam serviços operacionais de CCPA.

As avaliações realizadas pela comissão da UE, são feitas normalmente cada cinco anos.

### **b.Autoridades Portuguesas.**

- Diretor Nacional do SEF, Dr.Manuel Jarmela Palos.

A análise conjunta de dados que pode resultar em informação está sempre dependente do que cada Força ou Serviço de Segurança queira aproveitar para a actividade que tenha em mãos e do uso adequado das potencialidades dos dados ali disponíveis, mas é sempre possível melhorar. No entanto, a inexistência de um Coordenador Nacional dos CCPA, não previsto na legislação Portuguesa diminui a valia dos CCPA como instrumento de análise porque cada Força ou Serviço de Segurança acaba por ter um visão parcelar da realidade da delinquência transfronteiriça que só é mitigada aquando da realização de reuniões mensais entre todas.

Os CCPA já prosseguem um amplo leque de actividades, as quais decorrem das suas competências, nomeadamente em matéria de recolha e intercâmbio de informações, na prevenção e repressão das várias formas de criminalidade nas zonas fronteiriças. O exercício das suas competências é que depende, entre outros factores, da organização





interna de cada força de segurança e da interpretação mais ou menos restritiva dessas competências e missão por parte de cada Estado e até de cada entidade participante.

Além da partilha de dados, o Acordo frisa que a recolha e a troca de informações em matéria policial são efectuadas, nomeadamente “*para efeitos de análise de risco respeitante a todas as formas de criminalidade transfronteiriça, segurança, ordem pública e prevenção da criminalidade*”. E para esse efeito convergem ainda valências como o intercâmbio de agentes e funcionários, o patrulhamento misto e as investigações conjuntas no tocante Portugal.

Os CCPA podem-se constituir como obsevatórios da delinquência transfronteiriça, pela abrangência de informação que é possível obter e transmitir tendo em conta que aí é possível aceder a todas as bases de dados e registos de informação relevantes em poucos minutos. Note-se que a sua ação tem um impacto alargado: internacional, na cooperação com outros CCPA. E têm sabido desenvolver uma ampla rede regional de apoios e de sustentação da sua actividade junto das comunidades onde operam, mobilizando um conjunto de agentes, sociais e judiciais, contribuindo para um melhor desempenho no combate à delinquência.

#### **c.Entrevista aos representantes de ambos os países do CCPA de Caya-Elvas.**

-Reunião dos membros do CCPA de Caya: GNR, PSP, SEF, PJ, Alfândegas, CNP, DAVA. Foi realizada uma entrevista conjunta com todos os Corpos representados no CCPA quer da parte portuguesa, quer da espanhola.

De uma forma genérica cada um deles explicou os seus horários de trabalho, metologia e acesso a bases de dados específicos de cada força policial. Na parte espanhola a GC e o CNP tem serviço as 24 h do dia, pela parte portuguesa as únicas que têm serviço as 24 h são a GNR e a PSP, o SEF e a PJ até as 17 h de segundas até sextas. O CNP espanhol acede exclusivamente aos bancos de dados dos estrangeiros (ADEXTRA) e à base do Bilhete de Identidade (ARGOS), além das bases específicas de delinquências, a GC e o CNP têm acesso à base de dados EUCARIS, enquanto que nenhum Corpo policial português pode fazê-lo.

O melhor banco de dados da polícia portuguesa pertence à PJ, que é o Corpo português com maiores competências de investigação, acedendo não só às bases de criminosos, mas também às bases de dados dos tribunais e prisões, e até mesmo foram realizados envios de impressões digitais detidos pela GC, sendo feitos os cotejos das impressões em pouco tempo para serem enviadas aos órgãos solicitantes.





## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

---

A coordenação de todos os CCPA portugueses foi feita até agora pelo SEF, embora esteja pendente de trocar entre a GNR em rotação com o SEF, como na Espanha é entre a GC e o CNP.

Quanto às Alfândegas, o funcionário espanhol da DAVA (Divisão Adjunta de Vigilância Aduaneira) informou-me que a sua missão no CCPA não é aduaneira, porque para isso está a delegação aduaneira do Caya, mas para fins de troca de informações sobre as pesquisas que eles estão a trabalhar. O seu papel no CCPA não é muito claro, já que eles pedem à polícia as informações que precisam para suas pesquisas, mas eles não são autorizados para facilitar informações oficiais só nos casos previstos no artigo 95 da Ley Geral Tributaria.

Os funcionários das Alfândegas portuguesas e os funcionários da DAVA são Corpos com menos presença no CCPA, o funcionário português vem apenas de segunda a sexta-feira de manhã e o espanhol apenas na manhã de sexta-feira. Ambos têm protocolos de ação e bases de dados semelhantes pertencentes às Alfândegas e ao Sistema Tributário que devido ao sigilo apenas fornece dados com mandado judicial ou no âmbito de investigações criminais, sempre no respeito da Lei de Proteção de dados. A maioria desses dados são transmitidos oralmente e nunca em arquivos originais, em conformidade com as regras internas de funcionamento de ambos os corpos.



## **7. Análise dos resultados.**

### **a. Resposta às perguntas derivadas.**

**PD1.** “Podem assumir os CCPA mais alguma competência além das atuais?”

Nos capítulos primeiro e segundo foram estudadas as competências e disposições que regem os CCPA, e no capítulo sexto, com as entrevistas realizadas ficou claro que os ditos Centros são um canal ideal para a troca de informações policiais entre os diferentes Estados membros da UE, devido à rapidez de resposta e flexibilidade que eles oferecem, permitindo uma resolução policial eficaz.

Do estudo dos capítulos citados pode-se observar que os CCPA contam com um grande potencial humano e organizacional e que os Regulamentos (português e espanhol) que desenvolvem as suas competências apresentam ainda diferenças substanciais nas especificidades das suas funções se comparamos ambos os Regulamentos. Por outro lado, baseado no grande número de informações recebidas e os diversos canais de receção para as contrastar, lhes vai permitir ainda assumir mais alguma competência para além das que já têm atribuídas.

**PD2.** Podem mudar a faceta de ser principalmente órgãos de transmissão de informação para realizar ainda funções de análise da informação recebida?

Como foi referido no parágrafo anterior a principal função desenvolvida pelos CCPA é a troca de informação, mas existem no âmbito europeu outras organizações, como consta no capítulo três, que servem para complementar a cooperação policial transfronteiriça (SIRENE, Europol e Interpol) num nível mais especializado, e portanto considera-se que não é lógico que os CCPA assumam mais competências no âmbito da troca de informação ao nível europeu, já que os organismos citados cumprem perfeitamente essas tarefas, com o risco de dobrar essas competências no caso de serem compartilhadas com as ditas agências. Mas a faceta de análise da informação propriamente dita não é feita, considerando-se que pela integração no mesmo de todos os componentes das Forças policiais de ambos os países entre os que existe um contato direto e físico, é uma circunstância ideal para que a análise da delinquência possa ser feita com todo o rigor e veracidade.

**PD3.** Podem transformar-se em centros de controlo de delinquência transfronteiriça de nível regional?

Dos capítulos segundo e sexto, podemos deduzir que a atividade operacional dos CCPA é muito escassa, só na parte portuguesa são feitos controlos periódicos



transfronteiriços focados fundamentalmente no narcotráfico e na imigração irregular, portanto o controlo de um ponto de vista operacional não é muito viável, até por não dispor de um número adequado de pessoas para executar esta atividade. Porém, o controlo derivado da análise das informações recebidas, como já foi comentado na pergunta anterior, sim pode ser implementado a nível regional, que é normalmente o âmbito de atuação dos CCPA, e transmitir pontualmente essas informações às Unidades territoriais e de investigação quer portuguesas, quer espanholas.

**PD4.** Estão a desenvolver os CCPA hispano-franceses as mesmas funções que os hispano-portugueses?

No capítulo cinco podemos verificar que as funções desenvolvidas pelos CCPA hispano-franceses são exatamente as mesmas que nos luso-espanhóis, mas com um maior volume de trabalho, por ser aquela fronteira mais problemática do ponto de vista da delinquência do que a luso-espanhola, sendo a maior atividade realizada, com muita diferença sobre as outras, a transmissão de informações a requerimento nos três países, e a menor, que é praticamente nula, é a perseguição transfronteiriça.

#### **b. Teste de hipóteses**

Com base nas respostas até aqui encontradas, passamos a testar as hipóteses apresentadas. Como primeira hipótese apresenta-se:

**H1.** As atuais competências dos CCPA podem ser ampliadas tendo por base a sua estrutura organizacional e funcional.

Efetivamente como foi exposto na resposta à pergunta derivada um, os CCPA são fundamentalmente órgãos de transmissão de informação, mas têm a estrutura adequada pela sua integração dos Corpos policiais de ambos os países para assumir mais competências, com o qual se verifica esta primeira hipótese.

**H2.** Os CCPA pela sua composição, funções, e estrutura são órgãos ideais para o análise da delinquência transfronteiriça.

Na resposta dada à segunda pergunta derivada, fica claro que os CCPA possuem umas características idóneas para acumular informação por ter múltiplos canais de receção e poder relacionar e contrastar as mesmas com todos os Corpos policiais integrados no CCPA e portanto podem ser considerados como Centros ideais de análise de informação de nível regional que é o âmbito normal de atuação dos CCPA, verificando-se assim a segunda hipótese apresentada.



**H3.** As atividades operacionais dos CCPA são muito reduzidas o que dificulta o controlo operacional da delinquência transfronteiriça destes Centros.

Ao expor os capítulos dois e seis como foi refletido na resposta dada à terceira pergunta derivada, os CCPA não são Unidades operativas nem pela sua estrutura, nem pelo número de integrantes, assumindo simplesmente uma pequena parte de competência operacional que se traduz na realização de controlos periódicos nas estradas e autoestradas próximas do CCPA na parte portuguesa, o qual não significa que os mesmos desenvolvam um papel importante no controlo da delinquência transfronteiriça a qual é muito mais abrangente e específica das Unidades territoriais. Com tudo isso, também verificamos a hipótese apresentada.

**H4.** Os CCPA hispano-franceses desenvolvem as mesmas missões que os luso-espanhóis mas com maior volume de trabalho.

Todos os CCPA foram criados como consequência da CAAS, e exceto algumas mínimas diferenças, todos eles como se olhou na resposta à quarta pergunta derivada, desenvolvem as mesmas missões, embora sendo certo que os CCPA hispano-franceses têm maior experiência no seu funcionamento do que os luso-espanhóis por contar a França com outros CCPA centroeuropeus, e esta experiência servir de referência aos coordenadores dos CCPA hispano-franceses, o que obviamente, ajuda a melhorar o desempenho. Verifica-se portanto a hipótese aqui formulada.

**c. Resposta à Pergunta de Partida (PP).**

**PP.** Está-se a aproveitar de forma adequada o grande volume de informação operativa recebida nos CCPA?

Depois de tudo o exposto, tendo sido respondidas as PD e validadas as H, chega-se à conclusão de que o grande fluxo de informação que é recebida nos CCPA não está a ser tratado adequadamente e não está sendo obtido o proveito de aplicação operacional desejado ao não se fazer análise das informações trocadas pelos Corpos policiais integrantes do CCPA. Simplesmente é transmitida de uma forma pontual informação isolada por quem seja requerida sem relacionar todos os pontos comuns que os distintos Corpos possam ter dessa informação, perdendo-se uma parte muito importante da mesma que deixa de ser aproveitada de maneira adequada. Além disso, os CCPA devido à sua posição estratégica, potencial humano ao estar integrada pelos representantes de todos os Corpos policiais e ter possibilidades excepcionais de comunicação, considera-se que se podem constituir como Centros de análise da delinquência transfronteiriça regional.



## **Conclusões.**

O trabalho realizado permitiu constatar que os CCPA são estruturas de apoio na troca de informações e apoio às operações policiais no desempenho das suas funções, e ao controlo de fronteiras e alfandegários em áreas fronteiriças.

Este estudo revela-nos ainda, que o grande potencial que representa a informação recebida não está a ser explorada de forma adequada e que a importante faceta da análise da informação da delinquência transfronteiriça não se está realizando.

Recorda-se a questão de partida que serviu de rumo para o estudo metodológico do trabalho:

### **Está-se a aproveitar de forma adequada o grande volume de informação operativa recebida nos CCPA?**

Para responder a esta questão, o trabalho foi estruturado em oito capítulos.

No capítulo primeiro foi exposta de uma maneira pormenorizada a origem dos CCPA, seu enquadramento legal, funcionamento, organização, competências e coordenação. Assim, o Acordo de Évora sobre a cooperação transfronteiriça Hispano-Portuguesa em matérias policiais e aduaneiras, constitui a base da criação dos CCPA de modo a tentar resolver o problema surgido como consequência da entrada em vigor da Convenção de Schengen (14-06-1985), que levou à abolição progressiva das fronteiras internas da UE tendo lugar uma série de questões de segurança das fronteiras, que mostrou a enorme vulnerabilidade ao nível da criminalidade transfronteiriça não conhecida até então. Com a informação recolhida no mesmo foi respondida a PD1.

No capítulo segundo foram estudados os Regulamentos que desenvolvem o Acordo de Évora em ambos os países, que apresentam diferenças assinaláveis, assim o Regulamento espanhol é muito mais explícito do que o português. Por outro lado o Regulamento português recolhe a possibilidade de realizar atividades operacionais (controlos), enquanto que o espanhol, só faz referência ao eventual restabelecimento dos controlos fronteiriços, nos termos do artigo 2.2 do CAAS.

Relativamente às outras disposições legais que regem os CCPA, Portugal ainda não forma parte dos países integrantes do Tratado de Prüm, mas já está em curso o processo interno de vinculação. Este fato limita muito a capacidade de cooperação de Portugal com os Estados membros no domínio da luta contra o terrorismo, a criminalidade transfronteiriça e a imigração ilegal e mais especificamente, no intercâmbio de informações sobre ADN, impressões digitais, registo de veículos e dados pessoais e não



personais no âmbito da cooperação policial transfronteiriça entre as partes contratantes. Este capítulo serviu para responder a PD1 e a PD2.

No capítulo terceiro expõe-se a atuação de outras Agências europeias em matéria de troca de informações policiais, e é canalizada através da Unidade de Cooperação de Polícia Internacional, onde estão localizados os escritórios de cooperação internacional:

EUROPOL e SIRENE, a nível da UE, e a Secretaria da INTERPOL para a cooperação policial a nível mundial. Da análise das competências de cada uma destas organizações que foram expostas no correspondente capítulo, chega-se à conclusão que o trabalho realizado por cada uma delas é caracterizado por ser muito especializado e bem coordenado pelas agências europeias com o apoio dos Corpos policiais europeus e a Interpol a nível europeu, ao estarem dotados de bases de dados muito completas, geridas por um sistema de informação computadorizado muito avançado que permite trocar uma ampla gama de informações em períodos de tempo muito curtos. Foi utilizada a informação do mesmo para responder também a PD2.

O capítulo quarto trata da análise da delinquência transfronteiriça entre Portugal e Espanha, evidencia-se que se trata maiormente de uma delinquência de nível provincial ou regional onde os criminosos aproveitam a proximidade da fronteira do outro país para tentar evadir-se à ação da justiça e dificultar a capacidade operacional e de investigação da polícia do país vizinho. Este capítulo evidencia que a delinquência transfronteiriça é nomeadamente de âmbito provincial ou regional e serviu para responder a PD3.

Relativamente ao estudo estatístico realizado no capítulo quinto, pode-se obter as seguintes conclusões:

- Os CCPA hispano-franceses realizam as mesmas atividades que os luso-espanhóis, mas com maior volume de trabalho.
- A maior atividade realizada, com muita diferença sobre as outras, é a transmissão de informações a requerimento, seguida das readmissões, comunicações por iniciativa própria, apoio às operações, vigilâncias e perseguições transfronteiriças que são praticamente nulas. A informação recolhida neste capítulo serve-nos para nos responder à PD4

Das entrevistas feitas no capítulo sexto, cabe salientar que os CCPA são nomeadamente órgãos de troca de informação, cada um dos quais tem a sua própria maneira de organização do trabalho, horários, funcionamento interno, etc. Pode-se dizer, portanto que a sua característica principal é a flexibilidade organizacional e a rapidez de resposta que eles oferecem, permitindo uma resolução policial eficaz das consultas



formuladas devido a que a atividade dos CCPA gira em torno duma sala comum, o que permite uma relação pessoal fluida, facilitando o imediatismo das respostas para as unidades operacionais solicitantes de informação. A informação policial que é trocada, refere-se principalmente à prevenção e repressão da criminalidade comum transfronteiriça. Dado que existe um grande grau de flexibilidade funcional, cada um deles tem feito um protocolo particular de atuação adaptado às suas próprias características. Com a informação que foi recolhida no mesmo pode-se responder também a PD1, PD3 e PD4.

Por fim, no capítulo sétimo foram analisados os resultados obtidos nos capítulos precedentes, que permitiram dar resposta global às perguntas derivadas e validar as hipóteses apresentadas.

Estas considerações permitiram responder à questão de partida, onde se pode concluir que os CCPA luso-espanhóis estão dotados da estrutura adequada para desenvolver a troca de informações para apoio às operações policiais transfronteiriças. Para além disso, as grandes possibilidades de atuação que possuem os ditos Centros não estão a ser aproveitadas eficazmente, como complemento disso ficam a seguir algumas das recomendações que podem ser assumidas pelos CCPA, dada a sua localização estratégica, estrutura e composição e, sistema de funcionamento, destacando como principal faceta que pode ser assumida pelos CCPA o fato de se constituírem como Centros de análise da delinquência transfronteiriça de nível regional.

Com base na análise realizada no capítulo sétimo foram formuladas propostas de melhoria funcional e das competências, assim como novas abordagens que poderão ser assumidas pelos CCPA como um repto perante as novas maneiras de delinquência transfronteiriça:

-Em primeiro lugar deveria realizar-se um Manual de nível nacional de ambos os países, que sirva para unificar critérios dos CCPA e desenvolver um papel fundamental no reforço da segurança entre Portugal e Espanha.

-Para que possam ser aproveitadas todas as possibilidades reais de emprego dos CCPA, é necessário também que as Unidades que tenham de fazer uso dos mesmos, ou seja, os integrantes das patrulhas territoriais e Unidades de investigação conheçam perfeitamente todas as possibilidades de atuação dos CCPA, para poderem fazer uso delas, pelo que se recomenda fazer reuniões periódicas informativas e de coordenação.

-Constituição dos CCPA como centros de análise da delinquência transfronteiriça, aproveitando adequadamente todos os incidentes que são transmitidos diariamente pelos





Comandos Territoriais para os CCPA, e estes enviarem toda a análise da delinquência realizada às Unidades afetadas. A análise realizada da criminalidade transfronteiriça num CCPA terá um enfoque principalmente regional fronteiriço definido nos acordos bilaterais. Neste sentido os CCPA devem realizar o seguimento dos atos de delito e infrações que tenham lugar na região fronteiriça que seja no âmbito das suas competências com objetivo de detetar:

- o possíveis relações entre eventos, modos de ação e autores.
- o quaisquer desenvolvimentos ou riscos específicos relacionados com o crime, e o surgimento de novas questões de segurança, fenómenos diversos, tendências e modos de ação, a fim de antecipá-los o mais cedo possível.

A determinação das conexões entre os acontecimentos e os fatos atuais ou do passado: a informação recebida é comparada com os dados já disponíveis no CCPA para detetar possíveis ligações entre eles.

Para que a análise seja eficaz é necessário que exista uma recolha contínua de informação, uma boa base histórica de atos cometidos e pessoal motivado, competente e experiente. Também se considera necessário para um melhor aproveitamento dos resultados obtidos das análises realizadas, que a dependência funcional e operacional dos componentes de cada um dos Corpos que integram o CCPA fosse dos Comandantes Territoriais onde ficam localizados os CCPA para uma coordenação ótima dos mesmos.

- Utilização dos CCPA como ponto de troca de informação ao longo da fronteira dos dados relativos a estabelecimentos hoteleiros, albergues, campings, etc, de maneira que sejam comunicados periodicamente para poder detetar pessoas de ambos os países com antecedentes criminais ou de terrorismo, que possam servir para focar as investigações pelas Unidades interessadas, assim como a comunicação de outros tipos de infrações relacionadas ou próximas à delinquência como o caso de denúncias pelo consumo de drogas.

-Utilização dos CCPA como órgãos de coordenação de emergências transfronteiriças perante catástrofes e calamidades públicas que ocorram entre a fronteira dos dois países, como pode ser o caso de incêndios, inundações, sismos, etc, assim como outro tipo de eventos internacionais que afete os dois países e que a fronteira possa ser utilizada como ponto de controlo da atividade que seja de interesse, como o caso de Campeonatos mundiais de qualquer desporto, Convenções, Cimeiras, etc.





## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

---

- Utilização dos CCPA como ligação e comunicação dos acordos judiciais que afetem a súbditos do país vizinho e, nomeadamente servir de ponto de transmissão e coordenação de vigilância para as vítimas das ordens internacionais de proteção de violência de género.
- Possibilidade de assistência dos representantes da GNR e GC dos CCPA, às reuniões periódicas entre ambos os Corpos, como consequência do Acordo existente entre eles, para facilitarem a integração e conhecimento da delinquência da zona, que sem dúvida redundará num melhor trabalho conjunto.

No entanto e como ideia final do trabalho realizado deve ficar que os CCPA têm a estrutura adequada pela sua composição e localização para dar respostas rápidas em todas as áreas das atividades de prestação de serviços transfronteiriços e troca de informação de maneira fluida para o apoio dos serviços operativos transfronteiriços, além de poder desenvolver um papel-chave na produção de inteligência derivado da análise delinquencial, desempenhando ainda outra missão fundamental para os serviços de segurança da região transfronteiriça e para as autoridades competentes da região, para tomar decisões sobre as estratégias e prioridades em matéria de segurança, podendo-se constituir como uma valiosa ferramenta quer ao nível operacional quer no desenvolvimento da política de segurança transfronteiriça de ambos os países.



## **Bibliografia.**

Del Moral Torres, A., 2011. *Manual de Cooperacion Internacional Policial..* Aranjuez: s.n.

DGAI, n.d.. *Comentarios ao Tratado de Prüm.* [En línea] Available at: <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=102&mid=105&sid=109>

DGGC, 2010. *Plan de Gestion Integral de Fronteras de la Guardia Civil.* Madrid: DGGC.

Gobierno, P., 2010. *Ley 31/2010, de 27 de julio, sobre simplificación del intercambio de información e inteligencia.,* s.l.: s.n.

MAI, 1994. *Acordo relativo à readmissao de pessoas em situação irregular,* s.l.: s.n.

MAI, 2005. *Acordo entre a República Portuguesa e Reino de Espanha sobre cooperação transfronteiriça em matéria policial e aduaneira.,* Évora: s.n.

MAI, 2008. *Regulamento Aplicável à Organização e Funcionamento dos CCPA entre a Rep.de Portugal e o Reino de Espanha.,* Lisboa: s.n.

MAI, 2008. *Regulamento de organização e funcionamento dos CCPA,s Hispano-Portuguêses,* s.l.: s.n.

mcu, 2011. *www.mcu.es.* [En línea]Available at:

[http://www.mcu.es/propiedadInt/docs/MC/Mbp/Cooperacion\\_Internacional.pdf](http://www.mcu.es/propiedadInt/docs/MC/Mbp/Cooperacion_Internacional.pdf)

MJ, 1997. *CONVENIO entre el Reino de España y la República de Portugal de cooperacion judicial en materia judicial y civil.,* s.l.: s.n.

Pérez Navarrete, J., N.d.. *El intercambio de información como instrumento esencial de cooperación policial en el marco de la UE.* s.l.:s.n.

SES, 2011. *Estadística CCPA.*

SES, 2008. *Reglamento de Organizacion y Funcionamiento de los CCPA Hispano-Portugueses..* Madrid: Ministerio del Interior.

UE, 1985. *Convenção de Schengen,* Schengen: s.n.

UE, 2006. *Decisão-Quadro 2006/960/JAI do Conselho relativa à simplificação do intercâmbio de dados e informações entre as autoridades de aplicação da lei,* s.l.: s.n.

UE, 2007. *Tratado de Prüm,* Prüm: s.n.



UE, 2011. *Directrices de la UE sobre mejores prácticas de los Centros de Cooperación Policial y Aduanera*, Bruselas: s.n.

UE, 2011. *Diretiva 2011/82/UE do PE e do Conselho que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infracções às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária*, s.l.: s.n.

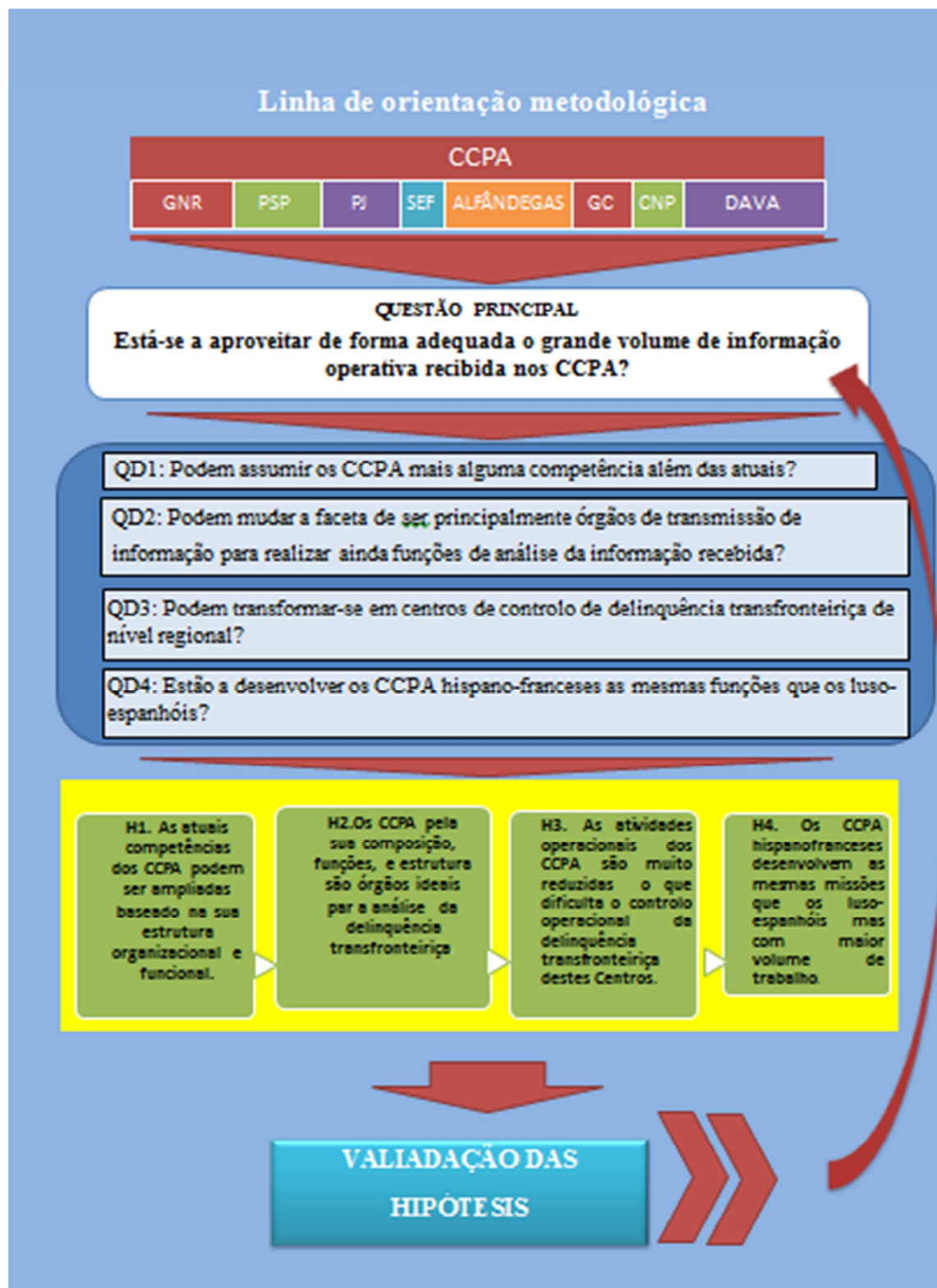
UE, C., 2011. *Manual de operações transfronteiriças*.REV4 ADD 1 REV 1, s.l.: s.n.

UE, C., 2011. *Reglamento (UE) N o 1168/2011 del P.E. Y DEL CONSEJO por el que se crea una Agencia Europea para la gestión de la cooperación operativa en las fronteras exteriores de los Estados miembros de la UE..* Bruselas: UE.

UE, P. e. C. d., 2011. *Reglamento (UE) N o 1168/2011 del P.E. y del Consejo que modifica el Reglamento (CE) n o 2007/2004 del Consejo, por el que se crea una Agencia Europea para la gestión de la cooperación operativa en las fronteras exteriores de los Estados miembros de la UE*, s.l.: s.n



Anexo A: Linha de Orientação Metodológica.





Anexo B: Modelo de questionário de avaliação dos CCPA. Fonte: SES

**MODELO DE CUESTIONARIO:  
EVALUACIÓN DEL CENTRO DE COOPERACIÓN POLICIAL Y ADUANERA (CCPA)**

Questionario que deberá cumplimentar el coordinador del CCPA

- CCPA: .....
- Nombre del coordinador del CCPA o de la *Autoridad nacional de supervisión*: .....
- El coordinador del CCPA coordina a los empleados de ..... (nombre de las autoridades)
- Fecha: .....

**Parte I**

**Aspectos presupuestarios y logísticos**

1.	Recursos humanos	
1.1.	Empleados del CCPA	
1.1.1.	¿De cuántos empleados del CCPA dispone cada autoridad de su Estado en su CCPA? ( <i>Número actual y previsión</i> )	
1.1.2.	¿Considera necesario aumentar o disminuir la cantidad de personal del CCPA? En caso afirmativo, ¿en qué medida? <i>Exponga los motivos.</i>	
1.1.3.	En caso de que no se haya alcanzado el número de empleados previsto, ¿qué obstáculos ha habido para completar la plantilla del CCPA?	
1.1.4.	Expresa en porcentaje la fluctuación del personal del CCPA. ¿Cuáles son los motivos más frecuentes por los que se deja el puesto?	
1.1.5.	¿Cuántos trabajadores están presentes en el CCPA durante las horas de trabajo/de funcionamiento?	
1.1.6.	¿Considera necesario aumentar o disminuir la cantidad de personal presente en el CCPA durante las horas de trabajo/servicio? <i>Exponga los motivos.</i>	
1.1.7.	¿Cuáles son los requisitos para la contratación de personal? ( <i>Incluido el nivel de conocimiento de idiomas extranjeros</i> ).	



1.1.8.	¿Considera de utilidad modificar los requisitos para la contratación de personal? En caso afirmativo exponga en qué sentido. <i>Exponga los motivos.</i>	
1.1.9.	¿Qué formación deben completar los empleados del CCPA en materia de cooperación policial internacional? ¿Qué formación organiza el CCPA, quién participa y cómo, en qué consiste, cuándo (antes y después de entrar en el CCPA) y con qué frecuencia se lleva a cabo?	
1.1.10	¿Considera de utilidad que los empleados CCPA participen en otras actividades de formación? En caso afirmativo exponga en cuáles. <i>Exponga los motivos.</i>	
1.2.	<b>Coordinador del CCPA</b>	
1.2.1.	Exponga cómo se organiza en su CCPA la cooperación con otros coordinadores (por ejemplo, número de reuniones, estructura, etc.).	

2.	<b>Recursos materiales</b>	
2.1.	<b>Locales</b>	
2.1.1.	¿Qué locales tienen a su disposición (por ejemplo número de oficinas, tipo de construcción etc.)?	
2.1.2.	¿Se ha creado una oficina conjunta? Explique las ventajas y desventajas de esta clase de cooperación.	
2.1.3.	¿Es necesario introducir modificaciones técnicas y/o arquitectónicas? En caso afirmativo, ¿cuáles? <i>Exponga los motivos.</i>	
2.2.	<b>Equipos</b>	
2.2.1.	¿De qué equipos disponen?	
2.2.2.	¿Qué otros equipos sugiere Vd. que se instalen en el CCPA? <i>Exponga los motivos.</i>	
2.3.	<b>Jornada laboral</b>	
2.3.1.	¿Su CCPA funciona las 24 horas del día? ¿Sería útil modificar el horario de funcionamiento o de trabajo del CCPA? En caso afirmativo ¿qué sugiere? <i>Exponga los motivos.</i>  Si el CCPA no funciona las 24 horas del día, ¿dispone de un punto de contacto permanente?	





2.4.	<b>Actividades de gestión automatizadas</b>	
2.4.1.	¿Se han instalado programas informáticos especialmente diseñados (por ejemplo, un protocolo común) para transmitir la información en su CCPA en tiempo real y para registrar y resolver rápidamente cuestiones relacionadas con el centro y para el registro normalizado de estadísticas?	
2.4.2.	¿Están disponibles estos programas informáticos en su lengua?	
2.4.3.	¿Satisfacen estos programas informáticos los requisitos de protección de datos personales establecidos por la legislación actual de su Estado?	

3.	<b>Presupuesto</b>	
3.1.	<b>Costes compartidos</b>	
3.1.1.	¿Cómo se comparten los costes de creación y de funcionamiento en su CCPA entre las autoridades de su Estado y las de otro Estado participante?	
3.1.2.	¿Considera que sería preciso modificar la manera en que se comparten estos costes? En caso afirmativo, ¿cómo? <i>Exponga los motivos.</i>	
3.2.	<b>Gastos</b>	
3.2.2.	¿A cuánto ascienden los gastos de su actividad (por ejemplo, gastos en concepto del edificio, equipos, formación, promoción del CCPA)?	
3.2.3.	¿Considera necesario aumentar o disminuir su presupuesto en el CCPA? En caso afirmativo, ¿en qué cantidad? <i>Exponga los motivos.</i>	



## Parte II

### Actividades y cómputo del rendimiento

#### A) método para la realización de las tareas (calidad)

<b>4.</b>	<b>Intercambio de información</b>	
<b>4.1.</b>	<b>Presentación de solicitudes para que se facilite información de otro Estado</b>	
4.1.1.	¿Qué organismos estatales de su país solicitan la obtención de información de otro Estado?	
4.1.2.	¿Por término medio cuánto tiempo requiere tratar este tipo particular de solicitudes? <i>(Desde la recepción de la solicitud hasta el envío de la respuesta al solicitante)</i>	
4.1.3.	¿Considera que las peticiones podrían tratarse con mayor rapidez? ¿Cómo?	
4.1.4.	¿Cuáles han sido las razones más frecuentes para denegar la información?	
<b>4.2.</b>	<b>Tratamiento de solicitudes de que se facilite información a otro Estado</b>	
4.2.1.	¿Por término medio cuánto tiempo requiere tratar este tipo particular de solicitudes? <i>(Desde la recepción de la solicitud hasta el envío de la respuesta al solicitante)</i>	
4.2.2.	¿Considera que las peticiones podrían tratarse con mayor rapidez? ¿Cómo?	
4.2.3.	¿Cuáles han sido las razones más frecuentes para denegar esta información?	

<b>5.</b>	<b>Apoyo a organismos ejecutivos</b>	
<b>5.1.</b>	<b>Operaciones conjuntas (por ejemplo Capítulo V del Tratado Prüm o artículo 17 de la Decisión Prüm)</b>	
5.1.1.	¿Cuál es su participación en este tipo de cooperación?	
5.1.2.	¿Considera que deberían modificarse el alcance y/o la forma de su participación? ¿Cómo? <i>Exponga los motivos.</i>	
<b>5.2.</b>	<b>Persecución transfronteriza</b>	
5.2.1.	¿Cuál es su participación en este tipo de cooperación?	
5.2.2.	¿Considera que deberían modificarse el alcance y/o la forma de su participación? ¿Cómo? <i>Exponga los motivos</i>	





O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça

5.3.	<b>Vigilancia transfronteriza</b>	
5.3.1.	¿Cuál es su participación en este tipo de cooperación?	
5.3.2.	¿Considera que deberían modificarse el alcance y/o la forma de su participación? ¿Cómo? <i>Exponga los motivos.</i>	
5.4.	<b>Readmisión de personas e incautación de mercancías</b>	
5.4.1.	¿Cuál es su participación en este tipo de cooperación?	
5.4.2.	¿Considera que deberían modificarse el alcance y/o la forma de su participación? ¿Cómo? <i>Exponga los motivos.</i>	

6.	<b>Análisis, informes de situación y relaciones públicas del CCPA</b>	
6.1.	<b>Análisis de la delincuencia transfronteriza</b>	
6.1.1.	¿Se elaboran análisis de la delincuencia transfronteriza? ¿Cuáles son su estructura y contenido? ¿A quién se presentan?	
6.1.2.	¿Se elabora un análisis conjunto de la delincuencia transfronteriza con organismos de otro Estado participante? ¿Con qué frecuencia? ¿Cuáles son su estructura y contenido? ¿A quién se presentan?	
6.1.3.	¿Considera de utilidad introducir alguna modificación con respecto a estos análisis? ¿Cuáles y cómo?	
6.2.	<b>Informes de situación</b>	
6.2.1.	¿Se presentan informes de situación? ¿Con qué frecuencia? ¿Cuáles son su estructura y contenido? ¿A quién se presentan?	
6.2.2.	¿Se presenta un informe de situación conjunto con organismos de otro Estado participante? ¿Con qué frecuencia? ¿Cuáles son su estructura y contenido? ¿A quién se presentan?	
6.2.3.	¿Considera de utilidad introducir alguna modificación con respecto a estos informes? ¿Cuáles y cómo?	
6.3.	<b>Relaciones públicas del CCPA</b>	
6.3.1.	¿Cómo informan a las unidades ejecutivas de las actividades del CCPA?	
6.3.2.	¿Cómo informan al público de las actividades del CCPA?	
6.3.3.	¿Considera de utilidad introducir alguna modificación en este ámbito? ¿Cuáles y cómo?	



**Parte III**  
**Perspectivas**

<b>7.</b>	<b>Conclusión</b>	
<b>7.1.</b>	<b>Evaluación del funcionamiento del CCPA</b>	
7.1.1.	¿Cómo evalúa el funcionamiento de su CCPA?	
7.1.2.	¿Con qué problemas se enfrenta en sus actividades? ¿A qué se deben?	
7.1.3.	¿Qué cambios sugeriría introducir en la manera en que funciona su CCPA que no hayan quedado cubiertos en las respuestas anteriores?	
<b>7.2.</b>	<b>Varios</b>	
7.2.1.	¿Falta alguna pregunta en este cuestionario? En caso afirmativo, indíquela (incluyendo su respuesta) en el anexo del presente cuestionario.	



*O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

Anexo C: Intercâmbio de dados ao abrigo da Decisão Quadro n.º 2006/960/JAI, do Conselho/formulário do pedido de dados e informações a utilizar pelo Estado membro requerente. Fonte: UE.

**INTERCÂMBIO DE DADOS AO ABRIGO DA DECISÃO-QUADRO 2006/960/JAI DO CONSELHO FORMULÁRIO DO PEDIDO DE DADOS E INFORMAÇÕES A UTILIZAR PELO ESTADO-MEMBRO REQUERENTE**

O presente formulário deve ser utilizado para solicitar dados e informações ao abrigo da Decisão-Quadro 2006/960/JAIJO: inserir o número da presente decisão-quadro.

**I – Informação administrativa**

<b>Autoridade requerente (nome, endereço, telefone, fax, correio electrónico, Estado-Membro)</b>	
<b>Contactos do responsável pelo tratamento do pedido (facultativo)</b>	
<b>Dirigido ao seguinte Estado-Membro</b>	
<b>Data e hora do pedido</b>	
<b>Número de referência do presente pedido</b>	

<b>Pedidos anteriores</b>				
<input type="checkbox"/> O presente pedido é o primeiro para este caso				
<input type="checkbox"/> O presente pedido é apresentado na sequência de pedidos anteriores no âmbito do mesmo caso				
<b>Pedidos anteriores</b>			<b>Resposta(s)</b>	
	<b>Data</b>	<b>Número de referência (no Estado Membro requerente)</b>	<b>Data</b>	<b>Número de referência (no Estado Membro requerido)</b>
1.				
2.				
3.				
4.				

<b>Se o pedido for enviado a mais que uma autoridade no Estado-Membro requerido, especificar cada um dos canais utilizados:</b>	
<input type="checkbox"/> Oficial de Ligação UNE/Europol	<input type="checkbox"/> Para informação <input type="checkbox"/> Para execução
<input type="checkbox"/> GCN Interpol	<input type="checkbox"/> Para informação <input type="checkbox"/> Para execução
<input type="checkbox"/> SIRENE	<input type="checkbox"/> Para informação <input type="checkbox"/> Para execução
<input type="checkbox"/> Oficial de Ligação	<input type="checkbox"/> Para informação <input type="checkbox"/> Para execução
<input type="checkbox"/> Outros (especificar):	<input type="checkbox"/> Para informação <input type="checkbox"/> Para execução
<b>Se o mesmo pedido for enviado a outros Estados-Membros, especificar os Estados-Membros e os canais utilizados (facultativo)</b>	



## *O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

### II – Prazos

PM: Prazos previstos no artigo 4.º da Decisão-Quadro 2006/960/JAI

A — A infracção é abrangida pelo n.º 2 do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2002/584/JAI

e

Os dados ou informações solicitados estão contidos numa base de dados a que uma autoridade de aplicação da lei tem acesso directo

→ Pedido urgente → Prazo: 8 horas, com possibilidade de adiamento

→ Pedido não urgente → Prazo: 1 semana

B — Outros casos: Prazo: 14 dias

<input type="checkbox"/> Pedido COM carácter de urgência
<input type="checkbox"/> Pedido SEM carácter de urgência
Motivos da urgência (nomeadamente: os suspeitos estão detidos, o caso deve ir a tribunal num prazo determinado):
Dados ou informações solicitados

Tipo de infracção(ões) ou actividade(s) criminosa(s) objecto da investigação
Descrição das circunstâncias em que a infracção ou infracções foram cometidas, incluindo a hora, o local e o grau de participação na infracção ou infracções da pessoa a quem diz respeito o pedido de dados ou informações:



Anexo D: artigo 19.º, n.º 2, da Decisão 2008/615/JAI do Conselho). Utilização de armas na perseguição transfronteiriça. Fonte: Manual de operações transfronteiras UE 2011.

Armas, munições e equipamentos autorizados e respectivas condições de utilização / armas, munições e equipamentos cujo porte e uso são proibidos:

É proibido o porte e o uso de pistolas com um calibre superior a 9 mm e revólveres de qualquer calibre com cano superior a 10 cm ou 4 polegadas.

(artigo 19.º, n.º 4, da Decisão 2008/615/JAI do Conselho) Aspectos práticos do uso de armas, munições e equipamento autorizados. Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de Novembro.

O recurso a arma de fogo só é permitido em caso de absoluta necessidade, como medida extrema, quando outros meios menos perigosos se mostrem ineficazes, e desde que proporcionado as circunstâncias. Em tal caso, o agente deve esforçar-se por reduzir ao mínimo as lesões e danos e respeitar e preservar a vida humana.

É permitido o recurso a arma de fogo:

- a) para repelir agressão actual e ilícita dirigida contra o próprio agente da autoridade ou contra terceiros;
- b) para efectuar a captura ou impedir a fuga de pessoa suspeita de haver cometido crime punível com pena de prisão superior a três anos ou que faça uso ou disponha de armas de fogo, de armas brancas ou engenhos ou substâncias explosivas, radioactivas ou próprias para a fabricação de gases tóxicos ou asfixiantes;
- c) para efectuar a prisão de pessoa evadida ou objeto de mandado de detenção ou para impedir a fuga de pessoa regularmente presa ou detida;
- d) para libertar reféns ou pessoas raptadas ou sequestradas;
- e) para sustar ou impedir grave atentado contra instalações do Estado ou de utilidade pública ou social ou contra aeronave, navio, comboio, veículo de transporte colectivo de passageiros ou veículo de transporte de bens perigosos;
- f) para vencer a resistência violenta a execução de um serviço no exercício das suas missões e manter a autoridade depois de ter feito aos resistentes intimação inequívoca de obediência e após esgotados todos os outros meios possíveis para o conseguir.
- g) para abate de animais que façam perigar pessoas ou bens ou que, gravemente feridos, não possam com êxito ser imediatamente assistidos;



h) como meio de alarme ou pedido de socorro, numa situação de emergência, quando outros meios não possam ser utilizados com a mesma finalidade;

i) quando a manutenção da ordem pública assim o exija ou os superiores do agente, com a mesma finalidade, assim o determinem.

O recurso a arma de fogo deve ser precedido de advertência claramente perceptível, sempre que a natureza do serviço e as circunstâncias o permitam.

A advertência pode consistir em tiro para o ar, desde que seja de supor que ninguém venha a ser atingido, e que a intimidação ou a advertência prévia possa não ser clara e imediatamente perceptível. Perante um ajuntamento de pessoas, a advertência deve ser repetida. O recurso a arma de fogo é efetuado de acordo com as ordens ou instruções de quem comandar a respectiva força, salvo se o agente se encontrar isolado, ou perante circunstâncias absolutamente impeditivas de aguardar por aquelas ordens ou instruções.

O agente que tenha recorrido a arma de fogo é obrigado a socorrer ou tomar medidas de socorro dos feridos logo que lhe seja possível.





*O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

Anexo E: Modelo de Folha do Expediente. Fonte SES.

CENTRO DE COOPERACIÓN POLICIAL Y ADUANERA CAYA/ELVAS									
CENTRO DE COOPERAÇÃO POLICIAL E ADUANEIRA CAIA/ELVAS									
HOJA DEL EXPEDIENTE / FOLHA DO EXPEDIENTE									
Nº Expediente español	Fecha y Hora	Nº Entrada	Nº de Salida	Otros					
	/	/		:					
Nº Expediente portugués	Data e Hora	Nº Entrada	Nº Saída	Outros					
	/	/		:					
Unidad origen petición Unidade origem petição	CNP	GC	V.A.	SEF	GNR	PJ	PSP	ALF	OTR
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Unidad destino petición Unidade destino petição	CNP	GC	V.A.	SEF	GNR	PJ	PSP	ALF	OTR
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CONSULTAS/		CONSULTAS	POSITIVOS						
PERSONAS/PESSOAS									
DOCUMENTOS/									
VEHICULOS/VEICULOS									
AGEN. TRIBUTARIA/ALFANDEGAS									
OTROS/OUTROS									
Difusión hecho de interés/Difusão fatos de interesse									
AGENTE INICIA-SOLICITA COLABORACIÓN									
AGENTE CONTESTA COLABORACIÓN									
PETICION / PETIÇÃO									
Origen / Origem									
Motivo / Razão									
SOLICITUD/SOLICITAÇÃO:									
CONTESTACIÓN RESULTADO / RESPOSTA RESULTADO									



*O papel dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) entre Portugal e Espanha no reforço da Segurança Transfronteiriça*

---